



ARAPAIMA: vidas amazônicas

“Quando eu olho o rio sinto como se ele fosse vivo assim que nem a gente. Então o que eu acho é que nós homens temos que preservar o meio ambiente para que o rio possa ser o que ele já foi antes”

José Araújo Medeiros, o Andrade

“Estamos há cinco anos fazendo o manejo. Só tem a crescer. E nós não estamos fazendo isso só para nós porque quando a gente preserva, não preserva só para gente, só para comunidade, porque é uma sustentabilidade imensa. É uma criação de peixes, de quelônios muito grande que esbanja para todos os lugares”

Francisco das Chagas M. de Araújo,
o sr. Preto

“Nós cuidamos da nossa terra pro nosso neto, pro nosso filho. O nosso filho depois de casado, o que que o nosso neto vai comer se acabar?”

Kododon Katukina

ARAPAIMA: VIDAS AMAZÔNICAS

1ª EDIÇÃO

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN
Cuiabá (MT) – Brasil, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

O61a Operação Amazônia Nativa - OPAN

ARAPAIMA: vidas amazônicas / Operação Amazônia Nativa -
OPAN. - Cuiabá : OPAN, 2018.
124 p. : il. ; 14,4cm x 20,5cm.

ISBN: 978-85-67133-18-8

1. Povos indígenas. 2. Comunidades ribeirinhas. 3. Gestão
territorial. 4. Amazônia. 5. Sociobiodiversidade. I. Título.

2018-975

CDD 306.08918.11
CDU 304.2(811.3)

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/949

Índice para catálogo sistemático:

1. Grupos indígenas : Amazônia 306.08918.11
2. Modo de vida : Amazonas 304.2(811.3)

ARAPAIMA: VIDAS AMAZÔNICAS

Este livro é uma realização do projeto “Arapaima: redes produtivas”, executado com recursos do Fundo Amazônia. Por meio deste trabalho, a OPAN, organização indigenista fundada em 1969, contribui com a gestão territorial e o fortalecimento político das etnias Katukina e Deni, com os quais atua há décadas, e pôde contribuir também com os Kokama, Kambe-na e Tikuna, além de comunidades ribeirinhas, da região do Médio rio Juruá e Médio rio Solimões.

PROJETO



REALIZAÇÃO



FINANCIAMENTO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



EQUIPE OPAN PROGRAMA AMAZONAS

COORDENAÇÃO EXECUTIVA – OPAN

Ivar Luiz V. Busatto, Vinícius Benites
Alves e Rochele Fiorini

COORDENADOR DO PROGRAMA AMAZONAS

Gustavo Falsetti V. Silveira

COORDENADOR DO PROJETO

ARAPAIMA: REDES PRODUTIVAS

Leonardo Pereira Kurihara

INDIGENISTAS EM CARAUARI

Tarsila dos Reis Menezes
e Renato Rodrigues Rocha

PILOTO FLUVIAL EM CARAUARI

Antonio das C. de Paula

INDIGENISTAS EM JUTAÍ

Edemar Treuherz, Rodrigo Tawada
e Antonio M. de Andrade Neto

PILOTO FLUVIAL EM JUTAÍ

Evaldo Costa Ferreira

INDIGENISTAS EM LÁBREA

Diogo Henrique Giroto e
Magno de L. dos Santos

PILOTOS FLUVIAIS EM LÁBREA

Carlos Rodrigues Araújo
e Francisco P. de Souza

FINANCEIRO

Rochele Fiorini e Luiz Antônio M. Rocha

COMUNICAÇÃO

Dafne Spolti

EQUIPE DO LIVRO

REDAÇÃO

Dafne Spolti

CONSELHO EDITORIAL

Edemar Treuherz, Gustavo Falsetti V.
Silveira, Ivar Luiz Vendruscolo Busatto,
Leonardo Pereira Kurihara, Tarsila dos
Reis Menezes e Vinícius Benites Alves

EDIÇÃO

Lorenzo Falcão

FOTOGRAFIA

OPAN

Adriano Gambarini, Rodrigo Tawada,
Dafne Spolti, Gustavo Silveira, Diogo
Henrique Giroto e Luana Fowler

Acervo IBGE

Miguel Aparício

Portal 2ominutos.es (licença CC)

Science and Analysis Laboratory, NASA

FOTO DA CAPA

Adriano Gambarini/OPAN

DIAGRAMAÇÃO

Olivia Ferraz de Almeida

Agradecimentos

A Diogo Henrique Giroto e às equipes do Programa Amazonas e da Coordenação Executiva, que ajudaram a construir a proposta e a elaboração deste trabalho.

A toda equipe da OPAN e aos povos do Médio rio Juruá e Médio rio Solimões, que oferecem oportunidades de aprendizado inestimáveis a cada dia.

A Lorenzo Falcão, à Olivia Ferraz e a Adriano Gambarini, com os quais é um prazer trabalhar.

Ao Fundo Amazônia/BNDES e, especialmente, aos gestores Juliana Alvim e André Ferro, que vêm acompanhando o desenvolvimento do projeto “Arapaima: redes produtivas”.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Arapaima: vidas amazônicas | 17 |
| No Solimões | 20 |
| A seringa e os trabalhadores | 22 |
| Asproju e o mutirão | 31 |
| Movimento indígena de Jutaí..... | 34 |
| A organização dos povos no médio Juruá | 36 |
| Os Deni do Xeruã | 41 |
| O valor da sociobiodiversidade | 46 |
| O peixe que era gente | 48 |
| Ciência e saber | 50 |
| Manejo fortalece os Deni | 55 |
| Os produtos da floresta | 60 |
| Comércio solidário | 62 |
| Ribeirinhos, pirarucu e quelônios | 64 |
| Os Katukina | 69 |
| Muito alimento <i>baintan</i> | 74 |
| A copaíba e as boas práticas extrativistas | 77 |
| Escolas boas | 80 |
| Os povos da floresta e as mudanças climáticas | 85 |
| A conservação | 89 |
| Desafios e oportunidades | 94 |
| De olho no futuro | 98 |
| A força dos manejos | 101 |
| Glossário..... | 109 |

ARAPAIMA, EXPERIÊNCIA ENRIQUECEDORA

Durante cerca de três meses estive intensamente envolvido com as lides para a publicação deste “Arapaima - Vidas Amazônicas”. É com muito prazer que apresento este livro verdadeiro e sincero, que relata experiências de indígenas e ribeirinhos que (sobre)vivem numa distante região da Amazônia brasileira.

Impossível para este editor, e creio que para os leitores e leitoras desta obra, não se emocionar e/ou se apaixonar por esses bravos protagonistas que, individual e coletivamente, demonstram com galhardia o que é a dignidade. E como é que se vive, humanamente, em perfeita harmonia com a natureza amazônica.

Uma população que habita extensa área, de 6,2 milhões de hectares, que compõe uma das regiões mais noticiadas no planeta. Pode se dizer que os impactos humanos na Amazônia andam preocupando, e muito, a sociedade moderna, como um todo. Mas, no pedaço brasileiro desta exuberante floresta tropical que está aqui relatado, o que vemos são exemplos de como viver e respeitando e conservando os valores ambientais.

Após 35 anos de militância jornalística com ética e princípios, e de uma quantidade de tempo ainda maior passeando pela literatura, editar “Arapaima - Vidas Amazônicas” foi uma experiência enriquecedora de aprendizagem.

Mais ou menos, como praticar um jornalismo ancorado na ideologia politicamente correta, ou, como ler um poema escrito em tempos difíceis, mas que deixa entrever o otimismo como expectativa palpável.

Lorenzo Falcão



Rio Jutai no inverno amazônico de 2017, prestes a receber a chuva da tarde que começava a se formar (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

ARAPAIMA: VIDAS AMAZÔNICAS

Hoje em dia os moradores da região do rio Jutaí, Solimões e Juruá, no estado do Amazonas, vivem cada vez melhor com sua organização social fortalecida. Existe um movimento crescente de pessoas que buscam conservar a fartura que há na natureza, para garantir alimentos e qualidade de vida por meio da conservação da floresta e das águas em um trabalho coletivo.

Nas bacias dos rios Jutaí e do Juruá, têm muitos peixes como tucunaré, tambaqui, pirapitinga, pacu e matrinxã, além dos bichos de casco, jacarés e uma infinidade de outros animais da água, da terra, da floresta. A região é rica. Cheia de árvores frutíferas como açaí, patauá, buri-ti, murumuru, castanha; e com propriedades curativas, como a copaíba e a andiroba. Há ainda os roçados com plantios de mandioca, macaxeira, abacaxi, banana, milho, cará, pupunha, caju e araçá.

Nessas comunidades moram pessoas com diferentes culturas, mas, que têm em comum a ligação com a floresta e as águas. Os rios e os igarapés servem para tudo. Para navegar, beber água, pegar peixe, cozinhar e tomar banho. Eles regem a vida, conectam os moradores e determinam o dia a dia e os tempos. Sempre há crianças nos rios nadando, aprendendo a remar, uma das atividades mais fundamentais para qualquer pessoa.

Índigena Katukina com seu filho em frente a aldeia Bacuri, no rio Ipixuna, distante cerca de quatro dias de barco da área urbana de Jutaí (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)



Ao longo dos rios Jutaí, Juruá e Solimões, são localizadas cidades como Jutaí, Carauari e Itamarati. Nas cidades os moradores do interior fazem documentos e procuram assistência médica, assim como sacam dinheiro de aposentadoria, auxílio maternidade e bolsa família. Nas sedes municipais também estão os principais centros comerciais, onde acontecem as vendas e compras de produtos a um preço melhor, em relação aos negócios que são feitos nas comunidades ou nas aldeias, pelos chamados regatões.

O fato das pessoas irem para a cidade não apenas como escolha, mas como uma obrigação, denuncia a ausência do poder público, onde as prefeituras e os governos estadual e federal não garantem os direitos básicos na saúde e na educação com qualidade, por exemplo. Essas populações também sofrem com pouco acesso à comunicação, dificuldades para fazer documentos, falta de apoio à proteção das terras, entre outros problemas.

Mesmo que haja movimento de canoas, voadeiras e barcos entre as comunidades e as cidades, isso não significa que o deslocamento seja fácil. Pelo contrário, quem está lá precisou de recursos, tempo e de um planejamento que pode ter durado meses. Por isso o isolamento é uma característica marcante da Amazônia.

Esse isolamento se quebra aos poucos quando há organização entre os moradores locais, indígenas e ribeirinhos, que vêm experimentando um processo de for-

talecimento e conquistas a cada dia. Após períodos de sofrimento em que eram explorados na extração de matéria prima para indústrias, principalmente a borracha, hoje, mesmo se deparando com outras formas de exploração, são cada vez mais protagonistas das suas vidas e, aos poucos, alcançam reconhecimento e valorização das suas identidades, das quais se orgulham.

NO SOLIMÕES

O rio Solimões e seus afluentes têm toda essa beleza natural, uma imensa diversidade de povos e culturas, inclusive pela proximidade com a Colômbia e o Peru – com quem indígenas e ribeirinhos fazem trocas de alimentos, produtos diversos e conhecimento –, mas o contexto é complexo e manter a paz no dia a dia é um desafio constante. Algumas atividades que são proibidas, mais a distância entre o Estado e os moradores desses locais no coração da Amazônia, provocam um clima de tensão com o qual é difícil lidar. É frequente o ataque de piratas, que cometem assaltos, muitas vezes violentos ao longo do rio. Barcos que trazem drogas como cocaína do Peru e da Colômbia também geram violência.

Entre as atividades econômicas no Solimões, uma das mais fortes é a do garimpo. Parte dele é legalizado, outra parte não. Uma infinidade de dragas e balsas para extração de ouro vêm mudando a configuração dos rios, contaminando as águas com mercúrio e se transformando em ameaça à saúde. Ao mesmo tempo, a mineração é um dos principais campos de trabalho e geração de renda. Os ribeirinhos, já acostumados à vida naquela região, geralmente são chamados para este trabalho.

Outra atividade frequente na bacia do rio Solimões é a venda ilegal de carne de animais silvestres como anta, paca, macaco, veado, porco do mato; e de bichos de casaco, como tartaruga e tracajá e de peixes para consumo ou ornamentais.



Balsa de garimpo no Rio Jutaí, em área limite com a Terra Indígena Rio Biá (Foto: Arquivo OPAN)

Regiões atingidas por essas atividades predatórias têm menos alimentos e tornam os moradores cada vez mais dependentes de recursos financeiros, porque produtos antes abundantes, tornam-se poucos e é preciso comprar alimentos industrializados para garantir comida.

Nem todo mundo já conviveu com os resultados dessas transformações ambientais e sociais. Mas a melhor maneira de enfrentar essas realidades é a busca da autonomia, que depende do coletivo e da proteção da natureza.

A SERINGA E OS TRABALHADORES

“Faziam malvadeza com as mulheres, batiam nos homens, davam borrachadas e botavam fogo nas casas.” (Depoimento do seringueiro Chico Chagas a Egon Dionísio Heck, em 26 de dezembro de 1980).

“A floresta amazônica tem essa característica de engolir tudo”, disse o indigenista da OPAN, Edeimar Treuherz, quando olhava para uma construção após andar um pequeno trecho de trilha na comunidade Novo Paraíso, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Cujubim. Mesmo que não fosse muito velha, a construção já



Comunidade Novo Paraíso, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim, região onde se localizava o antigo Sindicato dos Seringueiros (Foto: Rodrigo Tawada/OPAN)

estava envolta pela mata, líquens, árvores e espinhos. Mais do que esconder casas antigas, porém, a natureza da região guarda e registra a vida de muitas famílias que um dia foram embora das suas colocações às margens dos rios; de suas aldeias ou comunidades.

Os moradores de hoje em dia têm menos vizinhos porque boa parte dos que viviam ao longo do trajeto partiram para cidades como Tefé, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Manaus, pela dificuldade de sobrevivência na região quando o látex teve uma redução em seu valor econômico, vindo numa decadência crescente desde a década de 1910.

Além dos que foram embora, têm as pessoas que morreram ali em função desse trabalho com a seringa. Hoje a atividade ainda é adorada por aqueles que conseguem fazê-la de forma prazerosa e não exploratória, até mesmo jovens. Mas para outros, trata-se de um peso que não se quer carregar mais, tamanho o sofrimento causado em decorrência do trabalho.

Para conseguir as quantidades necessárias de látex, que era normalmente a moeda de troca para aquisição de mercadorias com os chamados patrões, os homens saíam de madrugada em suas canoas. Remavam durante horas pelos igarapés até chegar aos seringais com sua poronga para iluminar o caminho e sempre acompanhados de um terçado. Iam para dentro da mata fazendo os cortes das árvores para encher as vasilhas colocadas ao longo de grandes percursos. Enquanto não tinham o suficiente ficavam lá. E se não atendiam o esperado, nas épocas de exploração, passavam necessidades e até arriscavam sua vida ao frustrar os interesses dos patrões.

A comida era cara. O café teve momentos que custava duas vezes mais que o quilo do látex no rio Jutaí, conforme relatos do livro “Clamor dos seringueiros do Jutaí”, publicado em



Defumação do látex
(Imagem do livro “O Clamor dos Seringueiros de Jutaí”)

1981 pela Prelazia de Tefé. Não bastassem as condições tão precárias a que estavam submetidos, deixar de cumprir a meta era motivo para açoites ou para o seringueiro ser abandonado, sem comida, à margem dos rios. Muitos morreram. A malária também atingia todo mundo.

“A gente espera melhora, mas chega piora. Porque o sujeito trabalha dia e noite quase. Na noite a gente tem licença de dormir de meia noite até três horas da madrugada quando é obrigado a se levantar pra sair pra estrada. Porque o sujeito vai cortar. Chega não tem o que comer. O sujeito tem que terminar de defumar [o látex] de noite. Aí ele arruma o utensílio dele e vai pro lago pescar. Chega umas horas da noite. Lá é preciso tratar o peixe pra poder jantar. Daí depois que ele pode dar uma dormida”, narra o seringueiro Nêgo, na referida publicação.

Essa realidade começou a mudar a partir dos anos 80, em que o mercado da seringa rapidamente se reduziu a quase nada. Como explicou Arnaldo Curintima, do povo Kokama, primeiro presidente do Conselho dos Povos Indígenas de Jutaí (Copiju), foi necessário às pessoas e às famílias a dedicação a outros trabalhos que existiam, como caça de animais – onça, lontra, maracajá, ariranha, jacaré – para venda de peles que seriam usadas na confecção de fantasias e calçados, a pesca, ou serviços como motorista de barco. Havia ainda a produção de farinha, vendida a preços baixos já que era o que mais tinha na região. O óleo



Curtume dos anos 50 em Manaus (Foto do acervo da biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

de copaíba, a sorva e a exploração de madeira foram as que tiveram mais adeptos e mercados.

A extração de madeira à época exigiu muito dos trabalhadores, ainda não acostumados à função. O trabalho era pesado. Quando o rio estava seco eles adentravam a mata, cortando as árvores mais valiosas. Na cheia, eram formadas balsas enormes com a própria madeira que seguia para o Pará e depois para outros países.

Muitas pessoas se feriam no trabalho de cortar e carregar a madeira, além de ter uma alteração em seu modo de vida, ficando afastados de casa e vivendo em acampamentos, como explicou o Edemar Treuherz. Ele falou também do imenso impacto desse período: “mudou a

paisagem. Antes tinha muita Sumaúma na beira do rio e nas áreas de várzea. Acabaram todas”.

As relações exploratórias de trabalho mudaram com a organização coletiva dos moradores. A percepção de que junto é mais fácil alcançar conquistas e a concepção sobre os direitos afastou os patrões e abriu caminhos para uma vida mais autônoma, com boas condições, alimentação saudável, moradia e possibilidades de estar na terra.

Após caminhar dezenas de horas entre uma comunidade e outra ao longo do rio Jutaí, o barco ia lotando e todos seguiam para as primeiras reuniões de seringueiros entre o final da década de 70 e o início dos anos 80, apoiadas pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O indigenista Egon Dionísio Heck, do CIMI, explicou que nos percursos para chegar à terra dos Kanamari, percebia-se a semelhança



Antônio Cândido em seminário sobre o manejo pesqueiro em Jutaí, 2017 (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

que havia na realidade dos indígenas e dos ribeirinhos e por isso foram provocando essas reuniões.

A terra, uma questão central, inicialmente não era tratada como um direito, mas como propriedade dos donos de seringais, explicou Antônio Cândido Gomes, presidente da Associação dos Comuni-

tários Que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável do Município de Jutaí (ACJ): “Jutaí tem um histórico onde mesmo a terra não sendo de ninguém tinha dono, né. Donos horríveis, patrões, que mesmo não tendo documento nenhum, se intitulavam donos”, disse.

A realidade começou a mudar com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Jutaí. Tendo novas ideias sobre os direitos os trabalhadores conseguiram se livrar do maior patrão da época, Benjamim Affonso, após um grupo se colocar em embate direto contra ele.

A conquista foi importante, mas depois permaneceram ainda reféns dos regatões, com quem trocavam os produtos necessários à sua sobrevivência a preços muito altos. A perda do valor da seringa manteve os seringueiros amarrados, sem recursos, tornando inviável a vida em localidades tão distantes. “Havia uma impossibilidade por conta da total falência do extrativismo”, explicou Egon.

Os seringueiros organizados tinham um sonho de viver em comunidades, mas isso só aconteceu mais para frente, por causa do contexto desfavorável e, entre 1979 e 1985, muita gente foi embora e o sindicato acabou o período com pouca força. A população de cinco mil pessoas que viviam na região da foz à cabeceira do Jutaí foi reduzida a cerca de 100 moradores, apenas, conforme levantamento da equipe OPAN/CIMI.

Apesar da baixa perspectiva de melhorias naquele momento, a reunião dos trabalhadores deu impulso para conquistas futuras. Egon Heck avalia que foi importante a compreensão maior sobre a exploração a que estavam submetidos e aos direitos territoriais. Não apenas os seringueiros, mas também os indígenas. Dessa forma, quando precisaram sair de onde estavam para dar o lugar das terras indígenas isso não foi marcado por conflitos entre eles.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nascido no alto Jutaí, voltou a se fortalecer em meados dos anos 90 quando também tiveram forte impulso organizações de outras regiões do Amazonas, apoiadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O MEB teve papel fundamental para a consolidação dos movimentos sociais em outras regiões de difícil acesso do país.

Essa força deu impulso para começarem a investir no trabalho com produtos locais. “Nós imaginamos que o setor produtivo, o setor primário e a agricultura familiar fossem um eixo que pudesse alavancar todo o processo organizativo. Através da reorganização do sindicato a gente começou a reorganizar a produção agrícola. Com a mandioca, farinha de mandioca, essas questões, e também trabalhando a organização sindical, a capacitação, a formação de lideranças diante desse contexto”, explicou Antônio Cândido, da associação dos comunitários de Jutaí, a ACJ.

Junto com a produção focaram diretamente a garantia à terra e começaram a pensar estratégias de proteção e conservação, observando os lagos de peixes, para promover segurança alimentar. “Naquela época não tinha mais comida. Não tinha mais... era muito difícil. O peixe era escasso, então, por necessidade, se começou a discutir essa questão de preservar. Naquele tempo tinha uma linguagem, ‘guardar o lago’, para poder ter mais comida”, disse Antônio Cândido.



A ASPROJU E O MUTIRÃO

No ano de 1992 já havia uma produção sólida a partir da organização comunitária e sindical, com núcleos nas comunidades e na cidade. Nessa época foi criada a Associação dos Produtores Rurais de Jutáí (Asproju), tendo à frente o senhor João Batista Ferreira, já falecido.

Em entrevista ao indigenista Miguel Aparício, em 2006, ele contou sobre o início da associação: “Para isso precisávamos criar um capital, para montar a estrutura da associação, e esse capital nós não tínhamos. Mas nós tivemos a ideia: por que nós não podemos fazer uma roça grande, numa terra devoluta, e com isso pegar a produção e transformá-la em dinheiro para fazer a sede, e comprar um barco para trabalhar com nossos companheiros nas comunidades”. Com apoio da organização francesa *Apel de Trais*, eles compraram um barco, chamado de “Mutirão”, que possibilitou o escoamento da farinha e melhorou o deslocamento deles. A associação adentrou o Jutáí para todo este trabalho, contribuindo ainda para a construção das comunidades.

Ao lado, reunião do comitê gestor da RDS Cujubim, com participação da AERDSC e associados (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

“Com a Asproju nós demos um salto. Essa questão da terra, que nunca saiu do centro da discussão nós começamos a incorporar”, explicou Antônio Cândido. “Já tinham fundado essa primeira reserva extrativista lá no Acre, a Chico Mendes. E começamos a discutir, juntamente com Carauari, a criação de duas reservas, que seria aqui no rio Jutai, a Resex, e a Resex também de Carauari. Então promovíamos encontros por aqui, por dentro do rio Biá, entre os dois municípios”, conta ele.

Em 1993 já estava criada então a Reserva Extrativista (Resex) Rio Jutai e os moradores pensavam em maneiras para proteger a região: “Foi um rebu: todo mundo contra nós, mas nós não ligávamos para ninguém. Trabalhando do mesmo jeito, organizando as comunidades cada vez mais. ‘Isto aqui agora é nosso’. E nós solicitando ao CNPT [Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais] a criação de um grupo de agentes ambientais para poder cuidar dos lagos e das praias e poder fazer barulho mesmo com autoridade”, explicou o senhor João Batista ao indigenista Miguel.

Entre erros e acertos e mesmo diante das dificuldades de escoamento, a Asproju contribuiu muito com a qualidade de vida dos moradores de Jutai, mas hoje está enfraquecida por problemas de gestão nos últimos anos, quando João Batista não liderava mais a associação.



João Batista Ferreira, à direita (Foto: Miguel Aparício)

Sem o senhor João Batista, a cidade ficou com uma força a menos, mas outras pessoas empenhadas, seus amigos da época do sindicato e da Asproju continuam o movimento, tão importante para ele. E para todos. O processo trouxe como lição a necessidade de melhorar o conhecimento dos comunitários sobre as burocracias e estratégias de transparência institucional, mas também serviu para mostrar que o trabalho coletivo com os produtos do roçado e da floresta dá certo.

Hoje o município de Jutai tem uma população estimada de quase 16 mil pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maioria concentrada na cidade. Mas com muita gente também no interior, em terras indígenas demarcadas ou não, unidades de conservação e comunidades ao longo dos rios.

Jutai conta com importantes organizações como a já mencionada ACJ, criada em 2009, para avançar com o manejo sustentável de pirarucu e a Associação dos Extrativistas da RDS Cujubim (AERDSC), na região do Médio para o Alto rio Jutai.

MOVIMENTO INDÍGENA DE JUTAÍ



Assembleia do Copiju na Terra Indígena Rio Biá, em 2015, com os Katukina, Kanamari e Kulina (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

Boa parte dos moradores de Jutá é formada pelos indígenas Katukina, Kokama, Tikuna, Kanamari e Kulina, além de Kambeba e Miranha. Eles têm em comum sua organização, o Conselho dos Povos Indígenas de Jutá (Copiju), criado em 2006, para dar continuidade, no município, às ações da União das Nações Indígenas – Uni-Tefé.

O Copiju tem uma diretoria formada principalmente por indígenas Kokama e Tikuna, que se desdobram cotidianamente para estar junto com outros povos e cum-

prir seu papel. Por conta das distâncias eles fazem assembleias setoriais. Uma na região da foz do Jutá; outra subindo o rio, com os Katukina, Kanamari e Kulina.

As frentes de trabalho são amplas. Destacam-se a saúde, a defesa e demarcação dos territórios indígenas, da cultura e das estratégias sustentáveis para geração de renda, e da educação. Tendo sua diretoria formada por professores indígenas, essa área vem obtendo significativo sucesso ao longo dos anos.

“Naquela época, você não tinha educação. Em 1970 a gente conheceu aqui três educadores. Hoje você já tem uma quantidade de 300, 400, até 500 professores dentro da nossa cidade”, disse Arnaldo Curintima (Kokama), primeiro presidente do Copiju. Ele enfatizou a dimensão das conquistas: “Tudo gerou aqui. Gerou empregos, gerou, por exemplo, que nós tenhamos técnicos de saúde, agentes de enfermagem; nós temos enfermeiros, nós temos médicos; tem serviços gerais nas escolas, tem monitores também nas comunidades”.

Ao mesmo tempo que cobra maior presença da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Jutá, o Copiju se ocupa com atribuições dessa instituição, como a confecção de documentação, a mediação de conflitos e outros. Criada em 2014, pela portaria 1125/PRES, da Funai, a Coordenação Técnica Local (CTL) de Jutá nunca funcionou e suas atribuições são vinculadas hoje à Coorde-

nação Regional (CR) Alto e Médio Solimões, localizada em Tabatinga, na tríplice fronteira Peru, Colômbia e Brasil, responsável por acompanhar um público de 85 mil indígenas em 350 aldeias e comunidades de 15 municípios, apesar de contar com poucos funcionários.

A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS NO MÉDIO RIO JURUÁ



Morador da cidade de Carauari
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Em Carauari, na região do Médio rio Juruá, também foi por meio do sindicato que teve início a organização social dos seringueiros: “quando a gente começou a participar

do sindicato a gente começou a entender que aquela situação não era situação de ser humano. A gente começou a entender, a conhecer os direitos nossos. E a gente começou a bem dizer brigar por esses direitos. Então depois que se criou a Asproc, que a gente, como queria sair da situação de tudo do patrão, a gente pensou em criar uma associação para dar uma organizada na produção sem depender do patrão, para ver o resultado disso”, explicou Elson Pacheco da Silva, um dos criadores da Associação dos Produtores Rurais de Caruari (Asproc).

Elson se lembra com orgulho quando participou também da primeira reunião do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), de 1985, e da conquista da terra: “eu tive muita sorte de estar lá, fazer parte da criação disso. Depois de cinco dias de discussão com representação do governo federal, saíram várias propostas em benefício dos seringueiros e aonde saiu a proposta de criação de Reserva Extrativista, uma reforma agrária dos seringueiros”, explicou. Com um lugar para viver a situação foi melhorando e podiam agora até contar com os investimentos do governo já que não viviam em terras de particulares. “Não tinha mais o patrão pra dizer ‘não faz isso aqui que eu não quero, né’”, disse.

Uma das grandes conquistas dos extrativistas foi a criação de um sistema em que se tornaram totalmente livres da exploração dos regatões, o Comércio Ribeirinho



O barco da Asproc, subindo o rio Juruá
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

da Cidadania e Solidário. Com ele os moradores da RDS Uacari e da Resex Médio Juruá usam o barco da Asproc para levar os produtos da floresta e do roçado até a cidade. Quando retorna, o barco traz mercadorias a preço justo, que são vendidas em cantinas espalhadas ao longo do caminho, nas comunidades.

Hoje o município de Carauari tem outras organizações como a Associação dos Moradores da RDS Uacari (Amaru), o apoio de parceiros e um fórum que reúne os atores locais chamado de Território Médio Juruá. A região é uma referência em movimento social comunitário no país.

A vida ficou diferente com a garantia da terra e a organização dos seringueiros: “Antes só tinha a casinha coberta de palha de paxiúba, um bocado de filho pra criar, uma tarrafa pra pegar um peixe e mais nada. Depois que a gente se organizou a gente tem conseguido tudo isso”, concluiu Elson Pacheco.



Carauari, Amazonas. Imagem do rio Juruá e tributários
(Foto: Science and Analysis Laboratory, NASA)



Kuririni Varasha Deni, da aldeia Itaúba (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

OS DENI DO XERUÃ

“O povo Deni teve contato com o branco na cabeceira do Rio Xeruã. Patrão mandava Deni caçar, para comprar couro de animais. Patrão mandava Jamamadi Deni para trabalhar com sorva, borracha, madeira e para caçar.

Patrão enganava povo Deni. Sofria muito o povo Deni. Teve doença sarampo... Nós povo indígena Deni lutamos pela nossa terra indígena Deni do Rio Xeruã. Hoje temos demarcação da Terra do Indígena Deni do Rio Xeruã. Agora criamos associação, educação, saúde, vereador indígena, agente indígena de saúde, bolsa família, aposentadoria, bolsa maternidade. Quando terminada a demarcação de terra indígena veio organização, vigilância, depois etnomapa, cartazes, plano de manejo, estudo de mercado, planejamento da pesca, pesca, comercialização, avaliação.” (linha histórica elaborada durante oficina de associativismo de 2016 por meio do projeto Arapaima: redes produtivas)

Os Deni das quatro aldeias do rio Xeruã, Terra Nova, Morada Nova, Boiador e Itaúba; localizadas no município de Itamarati, sempre falam sobre como a vida é boa na Terra Indígena Deni e os passos que foram dados para conquistarem melhorias após períodos de exploração de seringa e de madeira. Isso é retomado em toda assembleia anual da Associação do Povo Deni do rio Xeruã (Aspodex), criada em 2006.

Antes de ter a terra demarcada, quando trabalhavam forçosamente para não indígenas com seringa e madeira, os Deni foram proibidos de fazer seus roçados, mudaram a sua alimentação, não podiam viver plenamente a cultura. O período foi trágico também porque, como ocorreu a muitos povos, não tinham resistência às doenças dos não indígenas. Houve muita tuberculose e uma epidemia de sarampo que matou quase todos os Deni.

A partir da garantia oficializada pelo governo federal à sua terra, os Deni passaram a controlar a entrada de pessoas de fora e viver bem, voltando a ter muita saúde, como disse o cacique da aldeia Boiador, Baba Hava Deni: “Amigos, hoje estamos vivendo porque plantamos muita banana, macaxeira, mandioca e batata. Por isso que para a nossa assembleia cada aldeia traz comida e não falta nada. Todo dia pode encher a barriga. Por isso que todo mundo fica forte.”



Assembleia da Aspodex, onde todas questões relacionadas à vida na Terra Indígena Deni são discutidas pelas quatro aldeias do rio Xeruã (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

De manhã ou à tarde na Terra Indígena Deni há pessoas lavando roupa e conversando no igarapé. Enquanto isso, peixes moqueados ou caldeiradas ficam no fogo para as refeições feitas constantemente ao longo do dia. Na escola, os alunos estudam sobre como contar ou como escrever na língua Deni e em português.

Algumas famílias trabalham no roçado; outras fazem farinha. Nas casas, há quem esteja contando piada e na aldeia grupos conversam sobre seus projetos, que têm discussão ampla na assembleia ou em outras reuniões grandes. Os Deni também gostam muito de jogar fute-

bol. Os homens e as mulheres. Enquanto tudo acontece nas aldeias, há grupos organizados para a vigilância do território, quando se deslocam para o flutuante na entrada do rio Xeruã e realizam rondas visando observar se há invasões à terra.

Os Deni podem estar também se preparando para uma festa, como a do maru, o buriti, na época em que a fruta é muito farta. São litros e mais litros a serem tomados de caçuma de buriti na maior alegria. Se fosse no mês de agosto seria a do mamure, o matrinxã. No período do açai, festa para tomar açai.

Esse cotidiano dos Deni, resumido, dá a ideia de como eles cuidam do seu território de forma sustentável garantindo qualidade de vida. Poderíamos citar a produção de artesanato, a extração de óleo de andiroba, que serve para passar em feridas e como repelente. Talvez também fosse possível falar sobre a função do pajé, o uso do rapé, ou sobre *Tamaku* e *Kira* e a história da criação do povo Deni e de todas as coisas da natureza. Tudo é ligado à terra da qual fazem parte.

Esses múltiplos usos da terra, que incluem hoje práticas de não indígenas, foram discutidos coletivamente pelos Deni após o período da demarcação e escritos no plano de gestão territorial e ambiental, publicado em 2011, em acordo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI).

Nesse documento, que teve seus acordos para o bom uso da terra renovados na assembleia da Aspodex em 2016, eles avaliaram como fazer para continuar melhorando a vida: “Sabemos que ainda temos que cuidar sempre da nossa terra para que o que tem nela nunca se acabe. Queremos, então, mostrar com esse Plano de Gestão, feito com o trabalho dos últimos três anos, que sabemos o que queremos e vamos buscar apoio para continuarmos sendo o que somos: Povo Madiha Deni, crescendo forte e com saúde, da maneira que sempre fizemos, vivendo com os recursos da natureza e respeitando esse presente que recebemos de Tamaku”, está escrito no plano de gestão dos Deni.



Marcação de limites da Terra Indígena Deni, com as aldeias do rio Cuniuá, em 2006 (Foto: Diogo Henrique Giroto/OPAN)



Primeira pesca comercial do povo Deni do rio Xeruã, em 2017
(Foto: Dafne Spolti/OPAN)

O VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Não pode pescar pirarucu quando ele estiver acasalando ou com filhote (plano de gestão territorial do povo Deni do rio Xeruã).

Desde 2009 os Deni usam o manejo do pirarucu na sua gestão territorial. Isso significa proteger os peixes para que filhos e netos das gerações futuras continuem a

explorar de forma racional esse pescado. Houve um tempo recente em que o pirarucu estava ameaçado de extinção e por isso não era permitida a sua pesca.

Visando possibilitar geração de renda e recuperar a quantidade de peixes, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) criou a Instrução Normativa número 001/2005, para que a atividade pudesse ser realizada de forma controlada, dentro de terras indígenas, unidades de conservação e considerando acordos de pesca. Atualmente o manejo é regulamentado. Nas unidades de conservação estaduais, também pelo decreto do governo do Amazonas número 36.083/2015.

Com o manejo o número de peixes vem aumentando em todo o estado do Amazonas. Não só o pirarucu, como outras espécies. A atividade vem sendo reconhecida como um dos trabalhos de conservação mais bem-sucedidos em nível mundial. “Pode-se dizer que a sociedade brasileira se depara com um raro modelo de conservação, em que os ganhos são substancialmente altos, comparados ao custo relativamente baixo de implementação do modelo”, explicou o pesquisador João Vítor Campos-Silva, conhecido como JB, em sua tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entre as etapas do manejo, há os pré-requisitos para autorização da pesca, que é concedida pelo Ibama. São

consideradas ações como a contagem dos peixes, o zoneamento de lagos e a vigilância territorial, além da pesca, do pré-beneficiamento e escoamento com controle do transporte feito com documento para que se saiba que aquele peixe é um produto legal. O conjunto de ações exige o envolvimento das comunidades que precisam trabalhar juntas para que dê certo. Dessa forma, assim como a organização é fundamental para o manejo, ele, o manejo, impulsiona a união e o fortalecimento coletivo.

O PEIXE QUE ERA GENTE



Professor Bahavi Hava Deni
(Foto: Dafne Spolti/OPAN)

Os Deni explicam que antes de ser um peixe, o pirarucu, que é chamado pelos cientistas de *Arapaima gigas*, era uma pessoa. “Antigamente não tinha *ve’e* (pirarucu) porque todo mundo era gente do povo Deni, Madiha Deni”, disse o professor Bahavi Hava Deni, da aldeia Boiador. Ele contou que um dia o *ve’e* se

casou, foi embora de sua aldeia e nunca mais voltou. Até que um dia um mosquito pium o picou e falou em seu ouvido: “*Ve’e*, seus parentes morreram todos. Só ficou a sua irmã”. Com isso ele precisou retornar à sua antiga aldeia. Saiu meia noite e chegou às nove horas da manhã na casa da sua irmã. Ela não estava lá e sim, no roçado. Ela e um pássaro, o mutum.

Ao encontrar a irmã o *ve’e*, que era pajé, falou “- irmã, vamos tirar mandioca, fazer goma para ter bastante beiju para o pessoal que morreu voltar”. Com os beijus prontos e divididos por todo o cemitério o *ve’e* chamou tucurime [alma] e todos se levantaram dizendo: ‘- êê, vamos comer beiju’. Acabou o beiju e todo mundo virou macaco coivara, menos o *ve’e* e sua irmã *ucucu*, que é o pássaro juriti. Aí eles decidiram descer o rio. O *ve’e*, *ucucu* e o mutum, que pulou da canoa e ficou pegando piabinha.

O *ve’e* estava incomodado com o mutum e por isso o matou. Ele remava na proa da canoa e *ucucu*, na popa, resolveu voar, já como pássaro juriti. “Quando o *ve’e* viu, não estava mais. Aí ele falou ‘- vamos embora, irmã’. E ela respondeu: ‘- Não. Você matou o mutum. Agora não vou’. Aí o *ve’e* pensou: ‘Vou virar um pirarucu’. Aí ele virou a canoa e se transformou no pirarucu. E falou: ‘- irmã, vem aqui. Vamos fazer nossa pintura de urucum’”, disse Bahavi, explicando que por isso é que o pirarucu tem a malha vermelha, a mesma cor que as pernas do

juriti. Os Deni contam que é para olhar sua irmã voando que o pirarucu boia, subindo à superfície da água.

CIÊNCIA E SABER



O pirarucu boiando em lago da Terra Indígena Deni
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Este momento da subida do pirarucu à superfície é que possibilita aos manejadores fazerem a contagem dos peixes, a partir de um método criado em conjunto por ribeirinhos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

Mamirauá, mais precisamente, por Jorge de Souza Carvalho, o Jorge Tapioca; Raimundo da Costa Cordeiro, chamado de Cabecinha; e o pesquisador Leandro Castello.

Do ponto de vista da ciência, a emersão ocorre porque em um intervalo de 20 minutos, o pirarucu, um peixe que pode chegar a 200 quilos e três metros de comprimento, precisa respirar e encher seu pulmão de ar, sua bexiga natatória. Os contadores, grandes conhecedores do pirarucu, anotam, então, o peixe que viram boiar, escrevendo se era juvenil (que não pode ser pescado), ou adulto (maior que um metro e meio) para somar tudo depois. A atividade é realizada nos períodos de verão amazônico, quando os rios estão mais baixos e formam-se lagos onde os peixes se concentram.

Além de servir para conhecer a quantidade de peixes e saber quantos podem ser pescados, uma cota de no máximo 30% do total de adultos, a contagem torna possível avaliar a qualidade do manejo. Se diminuirmos os pirarucus de um ano para o outro, significa que estão sendo tirados mais peixes do que o previsto, talvez por pessoas de fora. Por outro lado, se houver aumento da quantidade, isso pode indicar que a vigilância territorial está funcionando, assim como o zoneamento dos lagos, em que alguns são separados só para a preservação, outros para consumo e outros que podem ser usados para pesca, respeitando a dinâmica de circulação e reprodução do peixe.



Poaravi Makhuvi Deni e Francisco Paumari, na pesca experimental de 2016
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Aprimorando o aprendizado em matemática cada vez mais, os Deni fazem contagens anuais desde 2011, último ano do projeto Aldeias, executado pela OPAN e parceiros. De lá para cá os lagos ficaram mais cheios de pirarucu.

“Eu vejo que para eles o aumento do pirarucu nos rios, nos lagos, simboliza muito a conquista da autonomia sobre a terra”, destacou o indigenista da OPAN, Renato Rodrigues Rocha. No desenvolvimento do projeto Arapaima, houve oficinas para avançar nas técnicas do manejo, melhorando, por exemplo, a contagem. Mais maduros, fazendo o manejo todos esses anos e após conversarem

coletivamente, decidiram fazer uma pesca experimental em 2016 para consumo próprio.

Com apoio do povo Paumari do rio Tapauá, que é referência na atividade, e de moradores do rio Juruá, capturaram 10 peixes e fizeram uma grande festa, com caçuma de banana, cantos, danças e a participação de todas as aldeias Deni do rio Xerua.

A experiência foi importante para aprenderem na prática as técnicas da pesca manejada do pirarucu. Como usar e consertar a rede de pesca (que tem um tamanho especial para não capturar peixes menores), a dispor essa

malhadeira no lago, e como escolher o local para a pesca; a forma da evisceração, a pesagem, a medição e como anotar todos os dados para fazer o relatório encaminhado ao Ibama, que vai avaliar as informações para o próximo pedido de pesca. Também verificaram o que poderia melhorar em seu manejo, ouvindo do André Cassiano Paumari e do Francisco de Oliveira Paumari uma infinidade de ensinamentos. “Já estão aprendendo do jeito certo com os Paumari, sem vícios”, disse a indigenista da OPAN, Tarsila dos Reis Menezes.

Em 2017, os Deni estavam mais seguros e decidiram fazer uma pesca um pouco maior para comercialização. Dessa vez, com apoio de José Lino Paumari e Sebastião Basque Paumari, e do pesquisador João Vítor Campos-Silva, além de indigenistas e moradores ribeirinhos da região. Em dois dias, a metade do tempo imaginado, pescaram tudo o que tinham previsto: 50 peixes.

Quatro pirarucus foram comercializados em uma feira da cidade de Itamarati, que chamou muita atenção dos moradores para o manejo e a qualidade da carne do pirarucu. Outros 46 peixes foram adquiridos e escoados pela Asproc, que atua principalmente em parceria com as comunidades da RDS Uacari e Resex Médio Juruá, contando com apoio do projeto Arapaima.

MANEJO FORTALECE OS DENI



Oficina de organização comunitária com André Baniwa (Foto: Renato Rodrigues Rocha/OPAN)

“O manejo vai trazer muitas coisas boas para as nossas aldeias e boa qualidade para a nossa vida. O manejo vai trazer bons projetos para as nossas aldeias. O manejo é para fortalecer mais a nossa associação Aspodex”, disse Pha’avi Hava Deni, da aldeia Boiador, na rádio FM do Povo, de Itamarati, quando realizaram a feira em 2017. Ele explicou que se eles precisarem comprar equipamentos como computador e notebook, poderão fazer isso a partir dos recursos adquiridos, colocando em prática os seus projetos.

Entre as melhorias previstas pelos Deni está a manutenção das picadas que marcam os limites territoriais, a vigilância territorial, e a própria realização de suas assembleias. Atividades que precisam de alguns recursos para serem

realizadas, como aquisição de combustível e equipamentos. Esses projetos foram pensados e construídos durante oficinas de organização comunitária, como a que contou com André Baniwa, da Organização dos Indígenas da Bacia do Içana (OIBI), no Alto rio Negro. Ele trouxe a experiência de seu povo Baniwa, que já tem vários produtos sendo comercializados a partir de práticas sustentáveis.

Pelas dificuldades que os Deni identificaram para redigir os projetos em português – o que é necessário, pois os editais de captação de recursos não são específicos para as diferentes realidades culturais dos povos indígenas – houve oficinas voltadas para a elaboração de projetos, com foco na língua portuguesa. Futuramente, com os próprios recursos adquiridos no manejo e outros projetos, eles mesmos poderão contratar assessoria técnica e professores que julgarem necessários em trabalhos como este, destacou Pha’avi.

Ao se prepararem para a pesca de 2017, os Deni fizeram uma reunião na aldeia Itaúba para pensar o que fazer com os benefícios que seriam gerados. Decidiram guardar tudo com a Aspodex. Metade do valor arrecadado seria para investir no manejo; e a outra metade para melhorias voltadas ao coletivo. Por isso, não houve nenhum repasse de dinheiro individual.

O biólogo especialista em manejos participativos, Felipe Rossoni, que acompanhou a atividade, destacou

a singularidade da decisão dos Deni dizendo que, para eles, não importa muito o que vão ganhar e sim como estarão se fortalecendo. Ele enfatizou ainda que os Deni trabalharam no manejo respeitando cada etapa, passo a passo. “Parece que tem dado o tempo de eles fazerem o manejo com a identidade deles, a cara deles, o que é mais importante”, disse Felipe.

Além do manejo de pirarucu os Deni querem comercializar produtos excedentes do seu roçado. Tanto para o município de Itamarati, quanto para as escolas Deni, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Neste programa do governo federal, 64 centavos por aluno de escola indígena por mês são enviados às secretarias de educação, e 30% do valor deve ser usado para adquirir produtos da agricultura familiar.



Aula na escola
Deni da aldeia
Morada Nova
(Foto: Adriano
Gambarini/OPAN)

Com apoio do projeto Arapaima, 20 indígenas Deni tiraram o documento que é um dos pré-requisitos para participar de programas da agricultura familiar, a Declaração de Aptidão ao Pronaf, chamada de DAP. O documento foi feito por servidores do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), que foram até a terra indígena para isso. Apesar de todo o empenho, a burocracia ainda é um empecilho e a prefeitura de Itamarati não tem conseguido apoiar a iniciativa. Enquanto isso, as escolas indígenas recebem comida enlatada como merenda.

Biruvi Makhuvi Deni, da aldeia Morada Nova, disse por que eles querem alimentos produzidos por eles nas escolas: “É importante porque é natural. Se vem para aluno carne enlatada, depois dá dor de barriga, fica doente. O melhor é o alimento do roçado, abacaxi, cará, macaxeira...”, disse. Ele explicou que o recurso que conseguirem vendendo sua agricultura também é para fortalecer a associação e o povo Deni. “Vamos receber o *aphani* [dinheiro] e usar na Aspodex, porque Aspodex é dos Deni. Temos que investir na Aspodex para ficar forte. Depois, quando a comunidade precisar de uma coisa, a Aspodex pode ajudar”.

Os Deni planejam ainda fortalecer o trabalho com os artesanatos que produzem. Em 2016 foi promovido um intercâmbio com duas moradoras da do grupo Teçume



Produção de artesanato Deni com tinturas de açafraão e pau-brasil (Foto: Tarsila dos Reis Menezes/OPAN)

D’Amazônia, da RDS Amanã, localizada em Tefé (AM), para aprimoramento dos cestos no começo do ano de 2017. Sem abandonar a característica cultural do seu trabalho, as Deni fizeram uso de algumas tinturas naturais como açafraão e pau-brasil. Para envernizar os cestos, as artesãs usavam óleo de andiroba, semente que os Deni estão buscando comercializar junto aos moradores da RDS Uacari e Resex Médio Juruá.



A floresta sempre oferece produtos bons para o uso humano àqueles que a mantêm em pé (Foto: Adriano Gambarini /OPAN)

OS PRODUTOS DA FLORESTA

O resultado positivo é que nessas cadeias produtivas não existe explorado nem exploradores. É onde as pessoas buscam a melhor forma de conservar, produzir e vender pra que o resultado possa vir para as próprias pessoas. (Manoel Cosme Siqueira, presidente da Asproc).

Na RDS e na Resex o trabalho com as sementes já está bastante consolidado. Ano a ano é vendida uma média de 15 toneladas para a produção de cosméticos. Não apenas de andiroba, mas também ucuuba e murumuru, sementes coletadas pelas mulheres nos períodos de cheia e beneficiadas na comunidade do Roque, da Resex Médio Juruá, e comunidade Bauana, da RDS Uacari, para a extração dos óleos.

Todo o trabalho é feito por meio das boas práticas extrativistas. “É basicamente manejar esses produtos de forma sustentável, que é entender como a planta se comporta, e aí trabalhar respeitando esses limites da planta, os limites que a floresta impõe”, explicou Edervan Vieira, técnico florestal da Asproc.

Os procedimentos das boas práticas são semelhantes para essas sementes. O principal é coletar as sementes na época certa, quando começam a cair, para que fiquem conservadas, e deixar uma parte na natureza de forma a possibilitar a reprodução da espécie e alimentação dos animais. Após a coleta devem ser lavadas e secadas, para só então ser feito o transporte e o processamento.

A produção é comercializada, então, para a Natura, uma empresa de cosméticos. Parte dela pela Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista do Médio Juruá (Codaemj); parte pela associação da RDS Uacari, a Amaru. Divisão essa que facilita a logística para entrega dos óleos.

Edervan Vieira destacou os ganhos da atividade: “A gente vê um percentual bastante interessante para essas famílias, naquilo que é importante, que é a geração de renda. A gente sabe que 30% vem somente dessa cadeia dos óleos vegetais. E aí se estende também para a questão da borracha e também da farinha”, disse, em referência a outras atividades realizadas.

O técnico fez ações de mapeamento de sementes junto ao povo Deni do rio Xeruã durante o projeto Arapaima, onde observou um potencial de produção interessante. “O rio Xeruã é muito rico assim como o Juruá. Tem bastante biodiversidade. Tem o patauá, tem o buriti, tem também a ucuuba e a andiroba”, disse, destacando que a articulação entre eles e os comunitários para trabalhar os produtos florestais não madeireiros deve ser vantajosa para todos.

COMÉRCIO SOLIDÁRIO

O fornecimento de mercadorias básicas no Médio Juruá é realizado por meio do Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário, um projeto inovador que foi criado pela Asproc, em 2009. A produção dos comunitários é escoada no barco próprio da associação, que retorna



José das Chagas Gondim, conhecido por Zé Nezinho, Antônio das Chagas de Paula e Gean Glória de Paula (Jack)
(Foto: Dafne Spolti/OPAN)

com outros produtos da cidade, como pilha, chinelos, esponja, caderno, sabão e botijão de gás, que são comercializados nas cantinas a preços justos.

“Antes eles compravam do regatão que é mais caro e eles exploravam. Agora, depois que eles inventaram essas cantinas, melhorou para os comunitários. Ajudou muito”, destacou Sirlângela Bispo de Lima, conhecida como Baixinha, cantineira da comunidade Xibauzinho. Ela explica melhor como é o processo:

“O comércio funciona assim. Têm umas pessoas lá na cidade, que é o pessoal da Asproc. Eles todo o mês

trazem a mercadoria para as cantinas. Aí a gente faz um balanço todo o final de mês, a gente passa por telefone porque a gente não pode estar lá, né, aí pelo que a gente passa eles sabem o que tem na cantina e o que não tem, aí eles trazem. Eles trazem a mercadoria e levam os cascos de botijas e as produções”.

RIBEIRINHOS, PIRARUCU E QUELÔNIOS

A região do Médio rio Juruá é rica em quelônios. Os tracajás, iaçás e as tartarugas possuem carne e ovos bastante apreciados e por isso muito se explora e comercializa. Pensando, porém, em garantir a vida desses animais, inclusive para poder ter uma alimentação de forma controlada, os comunitários da RDS Uacari e da Resex Médio Juruá fazem a proteção dessas espécies, com apoio de parceiros como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

“É um trabalho fundamental das comunidades e organizações. Foi feito no começo por iniciativa das comu-

nidades e depois passaram a ter apoio de projetos e das organizações”, destacou o presidente da Asproc, Manoel Cosme Siqueira.

Francisco Dias de Medeiros, vigia da comunidade Xibauzinho, é um dos responsáveis pela manutenção dos quelônios na natureza. “A gente marca onde ele desova e com sessenta dias vai lá e tira o filhote. A gente coloca eles dentro de um tanque e aí com uns 15 dias a gente solta eles aí mesmo na água”, conta. “Eu tenho um carinho horrível por essas tartarugas”, diz, utilizando a expressão característica do Amazonas para mostrar o amor pelos bichos de casco.



Francisco Dias Medeiros, vigia da comunidade Xibauzinho - o cuidador das tartarugas (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Para o monitoramento de praias de tabuleiro são colocadas placas em cada ninho de ovos. Em 2016 foram contados 1114 ninhos de tracajás e 830 de tartaruga, um total de 1944. No ano seguinte o número praticamente dobrou, com um aumento de 43,6%, sendo 1280 ninhos de tracajá e 2172 de tartaruga. Ao todo foram soltos quase 18 mil filhotes.

A conservação dos peixes, assim como dos quelônios, também é feita pelos moradores, que perceberam a escassez dos recursos e decidiram recuperá-los. Antes da criação das unidades de conservação, quando a terra estava sob o domínio de um patrão, os peixes eram tirados aos montes por barcos pesqueiros. “O dono tinha arrendado os lagos e aquele pessoal vinha, despescava tudo e nós não podíamos falar nada”, explicou seu Francisco das Chagas Melo de Araújo, conhecido como Preto. Com a associação e a criação das reservas puderam controlar isso porque o direito à terra passou a ser deles.

“Nós viramos pescadores pra poder sustentar os nossos filhos porque nós víamos os outros que vinham de fora, de Cruzeiro do Sul [no Acre], de Manaus [AM], pescadores. O patrão arrendava esses lagos. Estavam tirando a nossa sustentabilidade dali. E aí nós tínhamos que aproveitar alguma coisinha que eles deixassem. Mas quando surgiu a reserva a gente pensou de outra forma. Nós, mesmo sendo pescadores, somos moradores daqui.



Francisco das Chagas de Melo Arraújo, o Preto, soltando uma tartaruga que estava enroscada na malhadeira durante pesca manejada de pirarucu (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

E como somos moradores nós temos que criar uma sustentabilidade pra nós e nossos filhos”.

A comunidade Xibauzinho é formada principalmente por duas famílias, a de Preto e a de Vernior Dias Medeiros. Foi lá que começou o trabalho do manejo de pirarucu: “Depois que chegou a reserva que a gente foi trabalhar em cima disso pra vender o pirarucu liberto e ter geração de renda sem ser preciso fazer o que a gente estava fazendo antigamente. Hoje a gente está fazendo o manejo, cumprindo com a parte da gente. A gente tira

dez por cento e o resto vai criando aí. Isso vai ser para filhos e netos, se Deus quiser, pra geração que for, que for tendo cuidado. Ninguém sabe se chega ao fim as gerações. Acho que não, né?!”, disse o senhor Vernior.

No manejo de pirarucu de 2017 da RDS e da Resex Médio Juruá foram pescados 1024 peixes, mais de 64 toneladas. Uma das comunidades, Nova Esperança, pescou apenas para consumo próprio. Somados com o pescado dos Deni do rio Xerua foram 1074 peixes comercializados pela Asproc, parte para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra parte em feiras realizadas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

“Estamos há cinco anos fazendo o manejo. Só tem a crescer. E nós não estamos fazendo isso só para nós porque quando a gente preserva, não preserva só para gente, só para comunidade, porque é uma sustentabilidade imensa. É uma criação de peixes, de quelônios muito grande que esbanja para todos os lugares”, disse seu Preto.

OS KATUKINA



Fazendo o wankiracon, pote de barro usado diariamente pelos Katukina (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Pegando a estrada do Riozinho, em Carauari, é possível atravessar um varadouro, uma trilha por terra, e chegar à Terra Indígena Rio Biá, do povo Katukina. Ela faz limite com a RDS Uacari e a Resex Médio Juruá e engloba boa parte de Carauari, mas esse acesso para a cidade é longo e complicado e por isso a relação da terra indígena é mais com o município de Jutai.



O constante preparo de farinha dos Katukina
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

O dia a dia dos Katukina é de uma vida tranquila e repleta de afazeres. Eles estão sempre trabalhando. Há uma quantidade imensa de produtos que são feitos. Parte dessa produção é comercializada para a compra de sal, açúcar, café, bolacha, combustível, ferramentas e outros bens de consumo.

Uma característica marcante dessa terra indígena são os diferentes níveis de convivência com os não indígenas. As aldeias mais próximas do rio Jutaí têm uma relação maior com os dyara, como são chamados os “brancos”, e as mais distantes, menos.

A primeira é a aldeia Boca do Biá, que recebe frequentemente a visita de pessoas de fora. Ela fica no rio Jutaí, na entrada de seu afluente Biá e é um ponto de apoio para qualquer pessoa que esteja navegando por ali. Nessa aldeia está o polo-base de saúde indígena, que também acaba recebendo outras pessoas que precisarem.

Entre as pessoas que participam do cotidiano da Boca do Biá estão os trabalhadores do garimpo. Muitas vezes chegam para comprar banana, macaxeira, ou até um produto ou outro da cidade que é vendido ali.

Também é na aldeia Boca do Biá onde facilmente chegam os regatões levando café, bolacha, combustível, sal, açúcar, salgadinho, refrigerante; a serem trocados por farinha, banana, abacaxi, vassoura de cipó-titica, copaíba, macaxeira e outros.

Os regatões não devem ser entendidos sempre como exploradores. Por causa da ausência do poder público, muitas vezes, são eles que têm condições de atender alguma necessidade dos moradores, como uma emergência de saúde, por exemplo. De modo geral são bem aceitos pelos Katukina.

Normalmente os regatões passam pelas aldeias Boca do Biá, Gato, Janela e Sororoca. As outras três, Bacuri, Santa Cruz e Terra Alta, esta última, chamada de Surucucu, nunca são visitadas pelos regatões. As trocas comerciais dessas aldeias acontecem principal-

mente quando vão até outro regatão, que fica no caminho para Carauari.

A aldeia Terra Alta (Surucucu), no Alto rio Biá, é a mais distante de todas, localizada a três dias de distância de barco da aldeia Boca do Biá, e cerca de seis dias do município de Jutaí. Eles resolvem as questões de comercialização também por Carauari onde chegam após um período de seis a 10 dias. Eles não têm pressa para o percurso. Vão remando a maior parte do caminho e ligam o motor rabeta somente quando necessário.



O primeiro atendimento de saúde na aldeia Terra Alta

(Foto: Dafne Spolti/OPAN)

Um problema que enfrentam na Terra Alta é a dificuldade de acesso aos atendimentos de saúde, já que é a única aldeia do rio Biá que não está incluída no sistema da Saúde Indígena. Em 2016 houve um esforço do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e foi realizado o primeiro atendimento de saúde nesta aldeia, pelo técnico de enfermagem, Jorgeson de Araújo, com a equipe da OPAN. Ele levantou o número de famílias e as condições dos moradores da aldeia. “Me senti privilegiado de estar com eles. Entendo pouco o idioma Katukina, mais o básico para enfermagem, mas fui levando. Graças à Deus consegui colher bastante informação”, disse ele.

O técnico afirmou que a saúde dos moradores da Terra Alta em geral é boa, provavelmente pela forma de alimentação rica em frutas, o que não exclui, porém, a necessidade de realizar atendimentos frequentes e a vacinação dos Katukina, como destaca o indigenista Edemar Treuherz: “Se chegar um sarampo, uma coisa assim, vai devastar a aldeia”. Além da aldeia Terra Alta, os moradores da terra indígena sofrem a cada ano com epidemias de malária. O DSEI e a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), entretanto, vêm se esforçando para oferecer um atendimento mais eficaz e articulado para obter resultados melhores.

MUITO ALIMENTO BANTAN

A farinha, amarela e crocante, é um dos produtos em maior quantidade dos Katukina de todas as aldeias. Em 2016 foram produzidos quase oito mil quilos, somente nas quatro primeiras aldeias que comercializam para Jutai. Muita macaxeira é plantada nos roçados dos Katukina, que são bastante fartos. “Arrisco afirmar, pela experiência com diversos povos, inclusive de pouco contato, que os roçados dos Katukina são imbatíveis em tamanho e diversidade”, destacou Edegar Treuherz.

“Tem muito roçado para comer, pra dar pros nossos patyin [criança], pra não faltar. Tem muita fruta pra comer, pra fazer festa e pra fazer koiá [suco, normalmente de banana e abacaxi]. Por isso a gente gosta bastante da roça. Todo patyin que está pequeno não fica com fome. Toda hora come tapioca, bebe açai com farinha, vinho de buriti. Por isso fazer grande roçado”, diz o tuxaua da aldeia Gato, Kododon Katukina, também chamado de Pedro Mendes. Abiu, ingá, pupunha, cana, banana, caju e muitas outras frutas, são algumas das plantas dos Katukina. O abacaxi é um dos mais doces e saborosos que existe.

Para começar o cultivo, primeiro o tuxaua escolhe o local – uma área que não alague na época da cheia. Na sequência, como explicou uma liderança da aldeia Soro-



Carnaval Katukina com as crianças comendo um peixe moqueado com farinha (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

roca, Marin Katukina, o Lazinho, homens e mulheres vão preparar o espaço para depois fazer o plantio: “Primeiro faz caminho pra marcar [os limites]. Outro dia corta o mato. Depois derruba pau. Depois corta os galhos todinhos e deixa secar por quatro meses. Depois põe fogo. Depois, outro dia, vai plantar. Aí, outro dia está com fome e vai pescar. Aí planta de novo até terminar tudo. Planta macaxeira, milho, abacaxi, batata, caju...”.



Keké Katukina extraindo copaíba por meio de boas práticas
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

COPAÍBA E AS BOAS PRÁTICAS EXTRATIVISTAS

Um dos produtos extraídos pelos Katukina, entre uma atividade e outra de seu dia a dia, é o óleo da copaíba. Ele serve para passar em feridas por ter efeito cicatrizante, além de ser um anti-inflamatório, servindo a outras enfermidades como dor de garganta. Na indústria esse óleo é utilizado para produção de cosméticos e até para fazer vernizes, mas em Jutai a copaíba é vendida principalmente de maneira informal como um produto medicinal pelos comerciantes locais que compram dos Katukina e de outras comunidades.

Hoje os Katukina estão aprimorando a forma de extração e armazenamento da copaíba. O tuxaua da aldeia Bacuri, Carnaval Katukina, explicou que não era assim há tempo atrás. “Antes pegava o machado e ia pra floresta tirar copaíba. Ia no caminho, aí parava no caminho e dava machadada nela. Aí encontrava outra e dava de machado. A gente pegava o caminho e ia cortando, aí foi acabando”, disse ele.

Agora não é mais assim. As árvores estão em pé porque os Katukina a cada dia aprimoram a maneira de fazer extração de copaíba. Hoje, ao invés de cortar com machado, se faz um furo com o trado. Se a árvore tiver óleo, é possível colocar uma folha para direcionar as gotas até um balde ou um cano para cair direto num galão.

A garrafa, galão ou balde de copaíba deve ser muito limpa, específica para isso. Mas já houve um tempo em que não havia essa preocupação. “Papai tirava de qualquer jeito o óleo de copaíba. Colocava gasolina no balde aí a gasolina acabava e colocava óleo de copaíba. Porque antes o pessoal não explicava bem pra eles”, contou Kododon Katukina, tuxaua da aldeia Gato.

Depois que sair o óleo, o furo tem que ser fechado porque, caso contrário, podem entrar bactérias ou fungos, fazendo com que a árvore adoeça ou morra. Para fechar é só fazer um torno com o galho de alguma outra árvore.

Além dos alimentos do roçado, da copaíba e da vasoura de cipó-titica, há muito mais artesanatos e produtos que eles gostam de fazer, como o wankirakon, um pote de cerâmica; o patyn pan, uma alça para segurar crianças de colo; remos; maqueiras; e podak, a canoa Katukina feita de casca de árvore, entre outros.

Enquanto circulam na Terra Indígena Rio Biá para buscar matérias primas, caçar, pescar, extrair copaíba, sementes ou ir a roçados distantes, os Katukina vigiam seu território, para protegê-lo. Durante o projeto Arapaima, que apoiou as atividades de vigilância dos Katukina, foi realizada expedição para o igarapé Taboca Grande, região em que moravam antes, no tempo da extração da seringa, mas onde não existem mais aldeias agora. Nesse local eles colocaram placas e reforçaram os cuidados à terra indígena.

“Hoje está muito bom. Porque toda vez faz vigilância, aí nós pedimos placa pra colocar lá na nossa área, fazer roçado. Quando vai fazer roçado faz roçado lá onde está a placa, ou então vai só pra vigiar mesmo”, disse Kododon. Ele reforçou o motivo disso: “Nós cuidamos da nossa terra pro nosso neto, pro nosso filho. O nosso filho depois de casado, o que que o nosso neto vai comer se acabar?”

Kododon fez uma observação ainda sobre como o pensamento de alguns não indígenas é diferente deles nesse sentido: “Tem branco que fala assim: ‘ah, deixa acabar. Índio não tem nada a ver, não. Deixa acabar o produto dele. Caça, peixe, tracajá, farinha’. Esse regatão que está aí no porto queria comprar 20 caixas de banana. Não. 20 não dá pra conseguir. Não dá pra vender. Pode vender até de três caixas”, contou.



Filtrando o óleo de copaíba, ele fica perfeito para uso nos cuidados com a saúde (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

ESCOLAS BOAS

Um dos problemas encontrados pelos Katukina na comercialização dos seus produtos é a dificuldade de fazerem acordos justos. Afinal, a complexidade da relação com os regatões, não exclui as situações de exploração que existem. Não raro são feitas dívidas que parecem não acabar. Outro problema, também frequente, é o uso dos cartões de aposentadoria, bolsa família e outros. Com o pretexto de ajudarem a sacar o dinheiro na cidade, às ve-



zes as pessoas retêm parte dos recursos dos Katukina, o que ocorre com outros povos e comunidades também.

“Tem comerciante aqui em Jutai que está com os cartões de benefícios de parentes, né, como Kanamari, Katukina e Madiha [Kulina]. Os parentes só vão ver o cartão no dia que recebem. Aí eles tomam conta e pronto. Eles que ficam manuseando o cartão deles a todo o tempo”, denuncia Francisco Peres (Kokama), conhecido como Caju, do Copiju.

Isso acontece por causa da dificuldade de ir até a cidade e a impossibilidade de controlar melhor as relações comerciais, pela falta de um bom conhecimento da língua portuguesa e da matemática. É por isso que os Katukina querem escolas boas. “A gente precisa de escola para aprender ler. Aprender ler e aí o pessoal não enganar nós. Pessoal branco está enganando muito nós aqui, né, indígenas”, disse Caxeiro Katukina. Ele detalhou a falta de segurança nas negociações: “Eles enganam em dinheiro, produto. A gente não sabe. Ele não dá preço da farinha, né. Isso aí que quer aprender, estudar mais”.

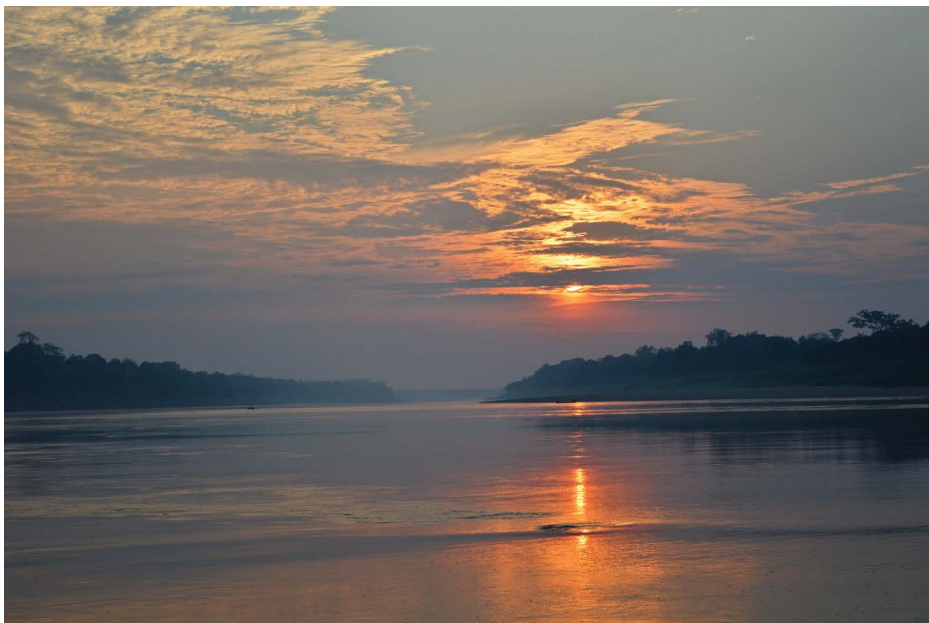
Ao lado, sobre oficina de comercialização justa, realizada com a indigenista Genoveva Amorim, no projeto Arapaima (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

As escolas do povo Katukina já existem há 15 anos, mas nunca funcionaram efetivamente. Eles querem ser alfabetizados primeiro em seu idioma e depois em português e até hoje não existe um Projeto Político Pedagógico construído de acordo com esse e outros anseios em relação às escolas. Apenas umas quatro ou cinco pessoas são alfabetizadas. Hoje a maioria dos professores não é Katukina e desconhece o idioma deles o que torna as aulas praticamente inviáveis. “O melhor é professor indígena. Indígena fica aqui, né, na comunidade”, defende ainda o Caxeiro.

O indigenista da OPAN Edegar Treuherz destacou que existe um jogo político na contratação dos professores. Muitos dos que chegam são encaminhados para o Rio Biá após a designação de outros professores para as vagas consideradas melhores, em escolas perto da cidade, e depois não têm um apoio metodológico para trabalharem com os Katukina. “Esses professores são tão vítimas desse sistema quanto os Katukina”, conclui Edegar.



Crianças Katukina da aldeia Morada Nova
(Foto: Rodrigo Ferreira Barros/OPAN)



Rio Juruá ao amanhecer em Carauari (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

OS POVOS DA FLORESTA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

É muito importante pensar que o Cerrado de pé, que a Caatinga de pé, que o Lavrado de pé, que o Pantanal na sua integridade e que a Amazônia de pé, ela tem valores espetaculares. Então se quiser estabelecer em algumas dessas áreas, desses biomas todos, alguma atividade empresarial, comercial, por que não tem mais calma? Por que não tem mais cuidado? Por que não pensar um pouco mais longe do que só um projeto imediatista? (Ivar Busatto, coordenador geral da OPAN).

Em uma entrevista realizada em 2016 durante as filmagens do vídeo “Arapaima: redes produtivas”, José Araújo Medeiros, conhecido como Andrade, da comunidade Xibauzinho, falou, observando o rio Juruá: “Quando eu olho o rio sinto como se ele fosse vivo assim que nem a gente. Então o que eu acho é que nós homens temos que preservar o meio ambiente para que o rio possa ser o que ele já foi antes [...]. Hoje até um barco para passar nele às vezes tem dificuldade. Então é um desequilíbrio da natureza”.

Assim como a seca (verão amazônico) foi intensa, naquele ano a cheia (inverno amazônico) também tinha sido longa. Muitas sementes de andiroba estragaram embaixo da água na comunidade Xibauzinho, que tem grande quantidade da espécie. A própria pesca do pirarucu ficou atrasada pela demora com que a água dos rios baixou.

Relatos parecidos cada vez mais falam sobre mudanças no tempo e como elas interferem em atividades diversas como o extrativismo e o plantio dos roçados e agricultura como um todo.

Localmente, os moradores perceberam as diferenças no clima. Essas alterações também são vistas e discutidas em outros países e em encontros internacionais, por cientistas, ambientalistas e militantes de direitos humanos. Estão ocorrendo desastres ambientais mais intensos e frequentes em diversos lugares e isso preocupa boa parte do planeta. É por conta disso também que existem muitos projetos para conservação da Amazônia.

Em 2017, no outro lado do oceano Atlântico, em três países do continente asiático, Bangladesh, Índia e Nepal, houve chuvas e inundações que mataram mais de mil pessoas. No continente americano, uma sequência de furacões e tempestades fizeram outros milhares de vítimas e devastaram países inteiros, como Porto Rico e Dominica, localizados no mar do Caribe.



Incêndios florestais em Pedrógão Grande, em Portugal
(Foto: Portal 20minutos.es.)

O ano também teve ondas de calor intenso na Itália, França, Croácia, Espanha e em Portugal, país em que morreram mais de 60 pessoas por conta de incêndios florestais. Em locais diferentes do planeta, pessoas ficaram desamparadas pelas perdas de seus familiares, sem casa e com poucas condições de vida por conta dos desastres.

Parte das mudanças do clima ocorrem devido ao desmatamento. Além de não liberarem ar puro quando cortadas, se as árvores forem queimadas ou entrarem em decomposição, emitem gases que encobrem o planeta, impedindo que o calor saia na medida normal, alterando

as temperaturas em todos os lugares. Hoje, 30%, um pouco mais de um quarto das terras do planeta, têm cobertura de florestas de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

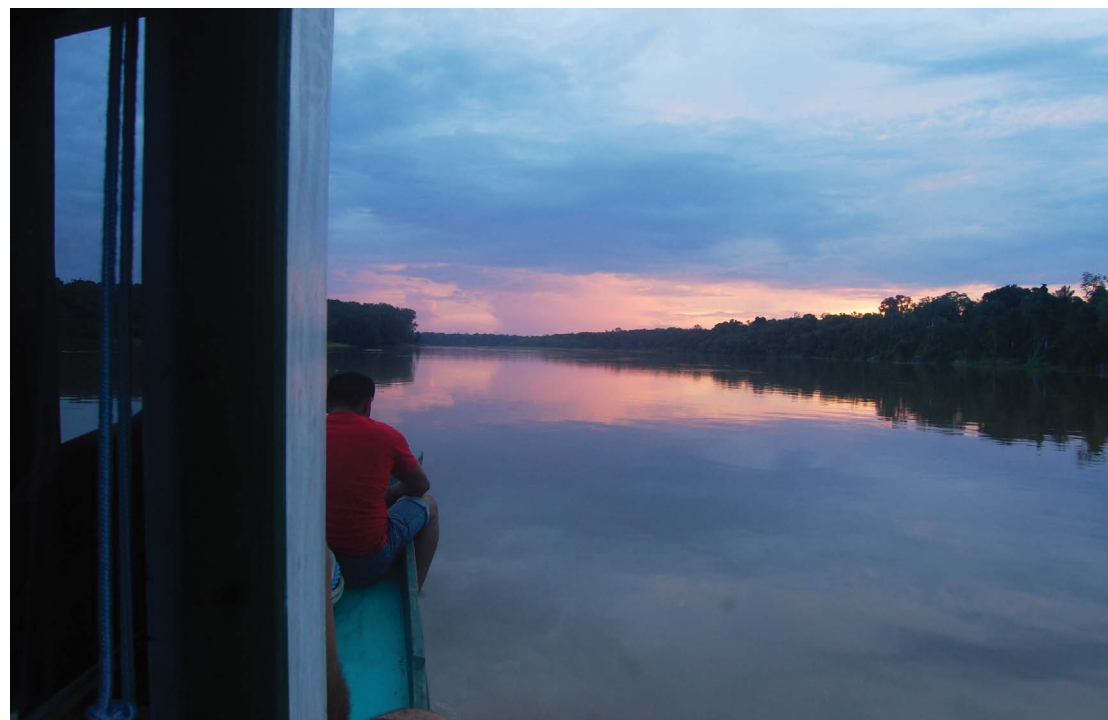
Outras atividades emitem os chamados gases do efeito estufa e causam as mudanças do clima. No Brasil, um dos maiores poluidores do mundo, tendo emitido 2,2 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente (os gases do efeito estufa), em 2017, as emissões ocorreram principalmente por conta da produção de energia, incluindo a queima de combustível para transporte de cargas, e do agronegócio, atividade que inclui a criação de animais (que emitem o gás metano, um dos que tem maior impacto nas mudanças climáticas) e vegetais em grande escala, em terras desmatadas e com a utilização de venenos e produtos químicos que, ainda por cima, causam doenças aos bichos e aos humanos.

O plantio do algodão é feito com a maior quantidade de veneno, se comparado a outras culturas, e causa grande desmatamento em Mato Grosso (Foto: Luana Fowler/OPAN)



A CONSERVAÇÃO

“Esses produtos da sociobiodiversidade estão num contexto que é de valorização da forma que as pessoas vivem” (Leonardo Pereira Kurihara, coordenador do projeto Arapaima: redes produtivas/OPAN).



A caminho das aldeias no rio Biá, no final da tarde
(Foto: Rodrigo Tawada/OPAN)



Todos juntos na oficina de boas práticas para extração de copaíba da aldeia Janela, do povo Katukina (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

Enquanto algumas atividades devastam as florestas e colocam a humanidade em situação de perigo, moradores da Amazônia conseguem o resultado contrário, protegendo a floresta.

Na Terra Indígena Rio Biá, as árvores que foram tiradas – para plantar alimentos do roçado – equivalem a apenas 0,2% da terra, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Ou seja, vivendo

com fartura e cuidando da terra do seu jeito os Katukina mantém praticamente 100% da floresta em pé. Próximo à TI Rio Biá, na RDS Cujubim, uma das maiores reservas do país, que é do tamanho do estado do Sergipe, apenas 0,1% das árvores foi retirada.

A RDS Cujubim, fica na subida do rio Jutaí, próxima à uma antiga sede do sindicato dos seringueiros. Ela foi criada em 2003 e há pouco tempo, em 2012, é que os atuais moradores se uniram em duas comunidades: Novo Paraíso e Vila Cujubim. Mas eles acabam ficando isolados porque é muito grande a distância até o município de Jutaí, 700 quilômetros, o único possível de acessar pela água.

“Por um lado é bom, mas por outro, é muito ruim todo esse tamanho, toda essa extensão e uma população bem mínima”, ponderou o gestor da RDS, Adevane da Silva Araújo, do Demuc.

De acordo com ele a distância é um dos maiores desafios dos moradores. Lá não há o devido atendimento de saúde. Os moradores precisam urgentemente de agentes de saúde nas duas comunidades, principalmente pelo alto número de pessoas com malária todos os anos. A alfabetização e o aprendizado escolar também seguem muito lentamente. Muitas vezes os professores se deslocam para a cidade e acabam não concluindo o ano letivo.

Algumas pessoas pensam em ir embora da RDS por conta das dificuldades do dia a dia, em que, além de tudo,

têm que lidar com questões internas e eventuais desavenças e conflitos. Os jovens muitas vezes não conseguem ver perspectivas para suas vidas. Hoje o poder público se mostra presente apenas pelo Demuc, que faz um grande esforço para conseguir melhores condições na RDS.

A outra dificuldade, também relacionada às distâncias, é a geração de renda. Hoje a atividade de mineração, bastante próximas a eles, é uma das poucas opções econômicas.

Para ir até Jutaí, acessar serviços, adquirir e vender produtos, descendo o rio com canoa ou motor rabeta, demora-se entre quatro e cinco dias. A viagem é cara. De barco custa pelo menos R\$ 2.000 para ir e voltar, um valor alto demais e difícil conseguir, apesar do imenso potencial de trabalho com diversos produtos da floresta como copaíba, açaí e a própria seringa.

“Eles gastam muito pra conseguir chegar com esses produtos na cidade e o preço é lá embaixo. Eles têm mais despesa do que lucro. Então esse é um dos principais desafios das unidades de conservação, acredito que de todas. Todas têm esse mesmo desafio, mas no Cujubim esse desafio vai lá em cima”, explica Adevane.

Em Jutaí, são pagos cerca de R\$ 20 em um litro de copaíba dentro do próprio município. Isso tem compensado um pouco para os Katukina que estão mais perto da cidade, a três dias de distância, e que tem necessidades bem pequenas de adquirir produtos de fora. Mas para

os moradores da RDS Cujubim, parece inviável. Se for pensar no imenso trabalho de ir até a mata, enfrentando diversos perigos e passando pelo desgaste físico de andar horas até uma árvore de copaíba, que pode ou não ter óleo, talvez se chegue à conclusão de que não compensa.

“A gente está vendo que é muito difícil manter um modelo de conservação se não houver geração de renda”, avalia o indigenista da OPAN Magno de Lima dos Santos, enfatizando que o Estado precisa direcionar os incentivos que hoje são voltados para a agropecuária a este outro tipo de produção sustentável.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

“A Amazônia é formada por pessoas simples, humildes, guerreiras. São lutadoras e lutadores que vivem com dificuldades de deslocamento e de acesso à informação em meio à maior floresta do mundo e, apesar de toda a dificuldade, são felizes. A cada dia que levantam, realizam suas atividades cotidianas, cuidando do seu roçado, caçando, pescando, coletando frutos, fazendo artesanato. Então eu acho que as pessoas teriam que valorizar mais esses moradores do interior, que são essas populações tradicionais”. (Vinícius Benites Alves, coordenador técnico da OPAN).

Mesmo para os moradores das terras indígenas próximas à cidade de Jutaí, como a TI Macarrão e a TI São Domingos de Jacapari e Estação, apenas a uma ou duas horas de distância, também é difícil trabalhar com os produtos florestais não madeireiros. Tem por um lado a necessidade de se fortalecerem melhor internamente, o que tem sido melhorado a cada dia, inclusive pela presença do Copiju nessas áreas, contudo, a falta de mercado deixa também poucas possibilidades para as pessoas.



Castanha do Brasil do povo Apurinã, da Terra Indígena Caititu
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

“Os consumidores são basicamente os munícipes, não sendo Jutaí um polo local de comércio, sendo esse polo na região de Tefé e Tabatinga. Esse comércio regional é limitado não absorvendo grandes volumes, muito menos praticando bons preços aos produtos da floresta, se tornando um comércio frágil”, diz um trecho do diagnóstico dos produtos florestais não madeireiros, realizado em 2015 (projeto Arapaima).

O indigenista Magno de Lima dos Santos, destacou, a partir do trabalho junto ao povo Apurinã com a castanha, que é muito desigual a participação dos lucros em toda a cadeia. “Os castanheiros recebem recurso muito baixo quando são o elo mais importante da cadeia”, disse.

Ele contou que enquanto uma comunidade ganha R\$ 50 por uma lata de 20 litros, esta castanha pode gerar num mercado dos grandes centros um lucro de cerca de R\$ 1000 para o comerciante, um valor vinte vezes mais alto.

Até para o consumidor a relação fica desigual. Ele paga caro, cerca de R\$ 54 reais em Lábrea, no Amazonas, pelo quilo, no qual, os coletores ganharam apenas R\$ 2,50.

Em Jutai, também há potencial e trabalho com castanha. O produto é coletado em altas quantidades na Terra Indígena Macarrão, mas eles chegam a vender por R\$ 12,20 a lata.

“Eu acho que tem que ser dado um olhar melhor pra questão dos produtos extrativistas das unidades



Realização do diagnóstico de produtos florestais não madeireiros, com os moradores da Terra Indígena Macarrão (Foto: Diogo Henrique Giroto)

de conservação. O fato das pessoas que estão morando dentro dessa unidade, de estarem ajudando a conservar e proteger aquela área, esse produto, ele tem que ser valorizado, muito mais do que é hoje”, afirmou Adeva-ne Araújo, do Demuc.

Além do preço e das dificuldades para escoamento, Magno explica que há uma grande exigência burocrática para o trabalho com os produtos florestais não madeireiros, regulamentado hoje pelas instruções normativas 112/2006, do Ibama/MMA e a 05/2006, do Ministério do Meio Ambiente. É uma cobrança excessiva por um lado, que exige dos coletores uma série de documentos, e por outro, na venda, não existe uma diferenciação de preço para um produto regulamentado, beneficiado por meio das boas práticas, de qualidade e sustentável.

O indigenista Edemar Treuherz defende que os comerciantes locais também precisam de políticas públicas para conseguirem ter um mercado justo e com mais humanidade nas relações. No projeto Arapaima ele destacou que houve iniciativas de fortalecimento e diálogo com os comerciantes, muitos deles, dispostos a melhorar.

Em Jutai são muitos os potenciais de produtos a serem trabalhados, sendo que o açaí – importante dizer – aparece com entusiasmo também em diferentes regiões do município, que têm alta quantidade da fruta todos os anos. “Eu acho assim que o próprio governo ainda não

pensou em como aproveitar esses produtos, esses alimentos. Porque você vê que o açaí aqui no rio Jutai ninguém dá conta. Sobra porque ninguém dá conta”, destaca Francisco Peres, do Copiju.

Além de todos os produtos conhecidos, como destacou Magno, ainda é insuficiente a quantidade de pesquisas para conhecer mais recursos, principalmente de produtos florestais não madeireiros.

DE OLHO NO FUTURO

Apesar do contexto adverso, os moradores da RDS Cujubim são fortes. Em 2017 deram um salto ao pensar em uma produção e comércio articulado de alguns produtos e no fortalecimento de sua organização, a Associação dos Extrativistas da RDS Cujubim (AERDSC).

O grande passo teve apoio da InCité, com a consultoria de Kelly Cristina Pereira de Souza, que por meio do projeto Arapaima vem os acompanhando em seu fortalecimento; do próprio Demuc e da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que sempre os apoia.

Agora a associação AERDSC está regularizada. E na gestão de 2017 conseguiu a participação de jovens, que



Edivar Bezerra de Moura, presidente da associação da RDS Cujubim
(Foto: Dafne Spolti/OPAN)

junto com o senhor Edivar Bezerra Moura, presidente da associação, estão dando uma energia a mais para ela.

Por meio de oficina da InCité, as mulheres, principalmente, começaram a se dedicar bastante ao trabalho de artesanato. Elas podem trabalhar com muitas sementes, como a do açaí, e fazer colares e pulseiras com o fio do tucum que elas mesmas produzem. Um comunitário chamado Antonio Torrado Bezerra dos Santos, se dedica à produção de pequenos remos decorativos.

O manejo de pirarucu também é uma atividade que todos passaram a se envolver mais. Em 2017 eles fizeram uma pesca de 113 peixes e a partir da venda eles direcionaram 10% dos ganhos para a associação, AERDSC. “Devagar estamos conseguindo as coisas”, disse o senhor Edivar. É por meio dela que estão comercializando seus produtos, o que querem fazer de forma articulada com ar-



Floresta Amazônica no sudoeste do Amazonas, região do Médio rio Juruá (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

tesanato, roçado e outros, porque assim pode compensar.

Além do manejo de pirarucu eles planejam trabalhar com peixes lisos, como surubim, jaú, piramutaba, piraíba e a pirarara, que podem ser pescados durante todo o verão amazônico, entre julho e dezembro e eventualmente até mesmo no período da cheia.

A FORÇA DOS MANEJOS

“Eu penso que muitas mais pessoas, hoje em dia, começam a perceber que precisam compreender e valorizar esses locais de produção ainda que estejam distantes delas, mesmo que elas estejam avaliando isso de uma maneira mais individualista e imediatista, ou seja, apenas como consumidores desses produtos. Essa relação de consumo é importante que exista. Porém, nós não estamos preocupados apenas em manter a produção, por exemplo, do pirarucu para satisfazer um desejo egoísta de seletos grupos de gourmets. Nós estamos preocupados em manter esses sistemas de produção porque eles são importantes para as populações locais que os mantêm. São importantes para o meio ambiente local, regional, e para o planeta”. (Henrique dos Santos Pereira – Universidade Federal do Amazonas – UFAM)

Hoje em Jutaí umas das atividades mais consolidadas é o manejo sustentável de pirarucu, que envolve 42 comunidades. Em 2017 foram pescados mais de cinco mil peixes, chegando a quase 300 toneladas.

Além da associação ACJ, a atividade conta hoje com apoio do movimento indígena Copiju. Eles ajudam especialmente na articulação com terras indígenas como a TIs Espírito Santo e a TI Acapuri de Cima. Essas duas vêm trabalhando fortemente na organização interna e na vigilância territorial. Em 2016 foram pescadas cerca de 40 toneladas dentro de terras indígenas.

Na TI Macarrão, também está organizada a vigilância territorial e os moradores decidiram parar de pescar em alguns lagos porque os peixes estão escassos. Protegendo os ambientes eles querem voltar a ter fartura na alimentação.

Ao longo do tempo do manejo em Jutaí, um dos acontecimentos mais importantes foi justamente a riqueza de peixes garantida, o que algumas pessoas ficam emocionadas ao contar.



Fartura de peixes
(Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

Apesar do manejo avançado e de estar garantida a conservação, a cada ano que passa está mais difícil manter o trabalho do ponto de vista financeiro. Após enfrentar sol e chuva durante diferentes épocas do ano nas contagens de pirarucu e vigilância territorial, sair de suas comunidades para reuniões distantes de planejamento, de fazer uma pesca cansativa, normalmente até virando noite, o valor pago aos manejadores tem sido em torno de R\$ 3,50 ou R\$ 4,00 pelo quilo do peixe.

“Não adianta às vezes só guardar, fazer, pescar, e depois financeiramente o parente indígena não fica com nada. O problema maior de todo esse manejo, desse pescado, dessa produção, é o comprador”, explicou o Francisco Peres, do Copiju.

O alto preço se dá pelo número reduzido de frigoríficos na compra do produto e, por outro lado, pela falta de estrutura das comunidades manejadoras, que não têm sido apoiadas pelo governo estadual. Elas acabam dependendo do comprador e de atravessadores para fazer a venda do produto, em geral para Manaus, porque não conseguem por si só conservar o peixe.

“A produção, ela é pescada só em determinado período, né, e aí você tem que dar conta disso. Tem que saber por onde vai, como vai estocar. Quem vai comprar. Então a gente esbarra nessa dificuldade. Porque já teve, o ano de 2014, a gente com a produção e não podia pescar

porque não tinha onde armazenar. A pessoa que estava comprando ela estava com o estoque cheio. Então a gente tinha que parar um certo tempo enquanto esvaziava o armazenamento do comprador. Então é isso que é difícil. Mas a gente está buscando um meio, a gente espera ter um apoio”, avalia Ocemir Salve dos Santos, o Pajé, coordenador do manejo de pirarucu da ACJ.

Para se ter ideia do baixo valor do peixe, o técnico em manejo de pesca que atuava no Instituto Mamirauá, Saíde Barbosa Pereira explicou a comparação que foi feita no setor Jarauá, da RDS Mamirauá entre o ano de 1999, quando era possível comprar três litros de gasolina com um quilo de pirarucu, e os dias atuais em que para apenas um litro de gasolina são necessários dois quilos de pirarucu. “Só comparando com um item que eles precisam todos os dias pra fazer a vigilância, pra fazer suas viagens, suas pescarias diárias, eles precisam desse combustível. Então eles usam muito. Se a gente for comparar hoje eles têm que pegar mais peixe pra comprar a mesma quantidade de combustível”, acrescentou.

Outro fator central para a queda do valor do pirarucu é a venda do peixe ilegal. Sem autorização e sem as etapas de conservação ainda muito peixe é capturado no estado, às vezes em áreas invadidas.

“Se tem tanto peixe ilegal, é claro que isso desvaloriza o peixe manejado”, enfatiza Saíde, destacando tam-



Deni do rio Xeruã levando o peixe para ser escoado com as comunidades ribeirinhas do Juruá (Foto: Dafne Spolti/OPAN)

bém que isso só ocorre pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis.

Além da fiscalização e das melhores estruturas para escoamento e beneficiamento do peixe, os grupos que discutem a atividade têm avaliado que as normas devem corresponder à realidade do Amazonas das grandes distâncias. Neste ponto, poderia se pensar em estruturas de salga – que é a forma tradicional de consumo do peixe – com garantias sanitárias e que atendessem a um grande conjunto de manejadores.

Atualmente existem poucas estruturas de salga e o peixe autorizado para quase todos os casos tem que ser eviscerado e congelado inteiro, para então seguir até os frigoríficos de Manaus.

O próprio mercado de Manaus ainda é muito reduzido. Muito se pensa na expansão para outras regiões mais distantes, o que elevaria ainda mais o preço. E há quem pense em investimentos no mercado exterior. Para Gustavo Silveira, indigenista da OPAN que atua com os Paumari, existem ainda outras soluções mais simples a serem pensadas. A venda do peixe para o mercado institucional por meio de programas do governo é uma delas. E a outra, garantir a venda do peixe no mercado local. “Em Lábrea você não tem peixe o ano todo. Então se tiver estrutura para fornecer o peixe ao longo do ano, já tem mais um mercado garantido”, falou, como exemplo.

Possivelmente ainda surgirão muitas ideias de todos os envolvidos com o manejo, inclusive sobre o trabalho com o couro e outras partes do pirarucu. Mas o que já é consenso entre todos é que o poder público e a sociedade precisam olhar com a devida atenção para essa que é uma das atividades de maior orgulho dos moradores do Amazonas, assim como para outros manejos sustentáveis. Com o devido apoio e reconhecimento, os indígenas e ribeirinhos poderão seguir em frente com felicidade e de forma a passar suas experiências de vida adiante, indefinidamente.



O aceno dos Deni do rio Xeruã (Foto: Adriano Gambarini/OPAN)

GLOSSÁRIO

ACJ – Associação dos Comunitários que Trabalham com Desenvolvimento Sustentável no Município de Jutaí.

Amaru – Associação dos Moradores da RDS Uacari.

Apel de Trais – Organização francesa que contribuiu com a criação e o fortalecimento da associação dos produtores de Jutaí.

Aphani – dinheiro, na língua do povo Deni. Se diz apãní.

Aspodex – Associação do Povo Deni do rio Xeruã.

Asproc – Associação dos Produtores Rurais de Carauari.

Asproju – Associação dos Produtores Rurais de Jutaí.

Baintan – bom, bonito, na língua do povo Katukina. Se diz baintã.

Beiju – alimento feito a partir da goma de mandioca; tapioca.

Bichos de casco – são os animais do grupo dos quelônios, como tartarugas, tracajás e iaçás.

Botija – botijão de gás.

Caiçuma – suco ou vitamina, de banana, mandioca, cará e outros, feita por povos indígenas.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNPT – antigo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais.

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros.

Codaemj – Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá.

Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário – sistema de comércio organizado no Médio rio Juruá em que o mesmo barco que leva a mercadoria para os comunitários a preços justos faz o escoamento de suas produções.

Copiju – Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju).

CR – Coordenação Regional (da Funai).

CTL – Coordenação Técnica Local (da Funai).

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, o programa de agricultura familiar.

Demuc – Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas.

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena.

Dyara – não indígena ou “branco”, na língua do povo Katukina. Se diz djará.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

FAS – Fundação Amazonas Sustentável.

Funai – Fundação Nacional do Índio.

Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Látex – seiva da seringueira, da qual se produz borracha.

MEB – Movimento de Educação de Base.

Motor rabeta – muito utilizado na Amazônia, é um motor simples, usado para impulsionar canoa ou voadeira.

OIBI – Organização dos Indígenas da Bacia do Içana.

OPAN – Operação Amazônia Nativa, fundada em 1969. Tem por objetivo contribuir com o fortalecimento e protagonismo dos povos indígenas.

Patyin – criança, na língua do povo Katukina. Se diz patiin.

Patyn pan – alça para segurar o bebê no colo. É feito a par-

tir de uma fibra macia da entrecasca de árvore. Dessa maneira a criança fica no colo da mãe em seus afazeres diários de forma confortável. Se diz patiin pãn.

Peixes lisos – são os peixes sem escama. Peixes de couro.

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Podak – canoa tradicional do povo Katukina, feita a partir da casca de uma árvore. A casca é colocada em uma estrutura que molda a canoa. Colocando-se fogo embaixo da casca as resinas derretem e adequam o formato permanentemente. Se diz pudák.

Poronga – lamparina movida a querosene ou óleo diesel. Ao lado da chama os seringueiros colocavam uma base de lata para melhorar o foco e proteger o fogo do vento.

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Uma área estadual em que as populações tradicionais podem fazer uso sustentável dos recursos naturais.

Regatão – é a pessoa que faz trocas comerciais chegando de barco nas comunidades localizadas às margens de rios.

Resex – Reserva Extrativista. É uma área federal com uso semelhante ao da RDS. Os moradores podem fazer atividades extrativistas, trabalhar com agricultura e pecuária, a partir de práticas sustentáveis.

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas.

Sorva – resina semelhante ao látex da seringa. Muito utilizada para a calafetagem de canoas e embarcações.

Sumaúma – árvore símbolo da Amazônia, com raízes que se desenvolvem até o baixo tronco. Utilizada também como boia de flutuante.

Teçume D'Amazônia – grupo de mulheres artesãs da RDS Amanã.

Terçado – facão, conhecido popularmente na região amazônica do Brasil como terçado.

Tucurime – significa alma na língua do povo Deni. Se diz tucurimé.

Tuxaua – é o chefe, o cacique da aldeia. Se diz tuxáua.

Ucucu – pássaro juriti, na língua do povo Deni.

UFAM – Universidade Federal do Amazonas.

Ve'e – pirarucu, na língua do povo Deni. Se diz ve-é.

Wankirakon – pote de cerâmica tradicional do povo Katukina. Se diz uãnkirakôn.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. Entrevista concedida a Fernanda Machado. Cuiabá. 20 jul. 2017.

BUSATTO, I. Entrevista concedida a Fernanda Machado. Cuiabá. 20 jul. 2017.

CAMPOS-SILVA, João Vitor. **Manejo participativo nas várzeas amazônicas e seus efeitos multi-tróficos**. Natal, 2016, 209 p. Tese (Doutorado em Ecologia). Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN).

DENI, Bahava Hava. **O peixe que era gente**. Operação Amazônia Nativa (site). set. 2017. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Noticias/O-peixe-que-era-gente,2,477.html>>. Acesso em 20 de março de 2018.

Deni do rio Xeruã. **Plano de Gestão Territorial – Terra Indígena Deni**. Itamarati, 2011, 86 p. Plano de gestão.

FONSECA, Rogério. Caça de Subsistência dentro e fora da lei: um debate necessário. <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/caca-de-subsistencia-dentro-e-fora-da-lei-um-debate-necessario/>>. Acesso em 06 de abril de 2017.

FREITAS, Marison Carvalho de. [Tabela de controle de mercadoria], Jutai, 2016. Manuscrito.

GIROTO, Diogo Henrique; SANTOS; Magno de Lima dos. **Diagnóstico dos produtos florestais não madeireiros (cadeias produtivas em Jutaí – AM)**, Jutaí, 2015, 168 p. Relatório técnico-científico. Operação Amazônia Nativa – OPAN.

HECK, Egon Dionísio. **A Justiça do Japó, ou o fim do reinado dos Affonso**. In: Rio Jutaí, sua gente, sua vida e desafios. Coletânea de artigos. Cimi Norte 1 - Prelazia de Tefé.

ICMbio. **Livro Extrativismo e Conservação da Biodiversidade. Aprendizado nas unidades de conservação federais de uso sustentável na Amazônia**. Brasília, 2017.

Katukina do Rio Biá. **Plano de Gestão Territorial – Terra Indígena Rio Biá**. Jutaí, 2011, 46 p. Plano de gestão.

Observatório do Clima. **17 fatos marcantes para o clima em 2017**. Observatório do Clima (site). dez. 2017. Disponível em: < <http://www.observatoriodoclima.eco.br/17-fatos-marcantes-para-o-clima-em-2017/>>. Acesso em 20 de março de 2018.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN. **Diagnóstico Socioeconômico –Terras Indígenas do Projeto Aldeias: Povo Deni (Juruá - Purus)**. Cuiabá, 2010.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). **El Estado de los bosques del mundo 2016 – los bosques y la agricultura: desafios e oportunidades en relación con el uso de la tierra**. p. 11-14, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5588s.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2018.

PPTAL, uma experiência de proteção de terras indígenas na Amazônia. Fundação Nacional do Índio (Funai). Vídeo, 34’55”, cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PSitx4zrPP8>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

PRODES/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Desmatamento nas Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesuc.php>>. Acesso em 20 de março de 2018.

ROSSONI, Felipe. **Diagnóstico sobre a implementação de manejo com base comunitária na Terra Indígena Deni do rio Xerua – Médio rio Juruá/AM**. Carauari, 2016, 31 p. Relatório técnico-científico. Operação Amazônia Nativa – OPAN.

SPOLTI, Dafne. **A pesca mais esperada**. Operação Amazônia Nativa (site). set. 2017. Disponível em: <http://amazonianativa.org.br/Noticias/A-pesca-mais-esperada,2,467.html>>. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Todos Ganham**. Operação Amazônia Nativa (site). jun. 2017. Disponível em: < <http://amazonianativa.org.br/Noticias/Todos-ganham,2,456.html>>. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Atendimento histórico**. Operação Amazônia Nativa (site). dez. 2016. Disponível em: <<http://amazonianativa.org.br/Noticias/Atendimento-historico,2,427.html>>. Acesso em 20 de março de 2018.

Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). **Estimativa de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa (CO₂ e GWP) no Brasil em 2016 - Agropecuária.** 2017. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/SEEG-infografico-Agropecuaria-PT-2016-5.png>>. Acesso em 20 de março de 2018.


_____. **Estimativa de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa (CO₂ e GWP) no Brasil em 2016 - Energia.** 2017. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/SEEG-infografico-Energia-PT-2016-5.png>>. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Estimativa de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa (CO₂ e GWP) no Brasil em 2016 - Indústria.** 2017. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/SEEG-infografico-Industria-PT-2016-5.png>>. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Estimativa de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa (CO₂ e GWP) no Brasil em 2016 - Resíduos.** 2017. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/SEEG-infografico-Residuos-PT-2016-5.png>>. Acesso em 20 de março de 2018.

_____. **Estimativa de Emissões e Remoções de Gases do Efeito Estufa (CO₂ e GWP) no Brasil em 2016 - Uso da terra.** 2017. Disponível em: <<http://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2015/11/SEEG-infografico-Terra-PT-2016-5.png>>. Acesso em 20 de março de 2018.

The New York Times. **Porto Rico subestima vítimas de furacão, e mortos podem passar de mil (rever amanhã).** Tradução de Paulo Migliacci. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942029-porto-rico-subestima-vitimas-de-furacao-e-mortos-podem-passar-de-mil.shtml>>. Acesso em 20 de março de 2018.



“A Amazônia é formada por pessoas. Pessoas simples, humildes, guerreiras. São lutadoras porque vivem em condições com dificuldades de deslocamento, de acesso à informação. Mas são pessoas felizes que a cada dia que levantam, que tem que ir cuidar do seu roçado, que tem que ir pescar seu peixe pra garantir o almoço, garantir a janta, ou ir andar um pouco mais pra caçar pra poder fazer uma festa, um ritual, fazem tudo isso com coragem. Isso é o ganho que a Amazônia tem, que não é todo mundo que conhece. Então eu acho que as pessoas teriam que valorizar mais esses moradores do interior que são essas populações tradicionais”.

Vinícius Benites Alves,
coordenador técnico da OPAN

